

INSTITUTO BRASILEIRO DE

ETCO

ÉTICA CONCORRENCIAL



Que país será este?

**ESTUDO DA FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS MOSTRA
TRÊS POSSÍVEIS CENÁRIOS
DA REFORMA TRIBUTÁRIA EM
DISCUSSÃO NO CONGRESSO**

**O QUE OS EMPRESÁRIOS
PENSAM SOBRE
A UNIFICAÇÃO DAS
ALÍQUOTAS DE ICMS**

**ENTREVISTA: O GOVERNADOR
GERMANO RIGOTTO
DEFENDE COMPENSAÇÃO
FISCAL PARA ESTADOS**

**CONHEÇA JARAGUÁ,
A CIDADE QUE DISSE NÃO
À PIRATARIA E HOJE TEM
ATÉ SELO DE QUALIDADE**

INSTITUTO BRASILEIRO DE
ETCO
ÉTICA CONCORRENCIAL

Presidente-executivo
Emerson Kapaz

Diretora-executiva
Daniela Reis

Conselho de Administração
Presidente
Leonardo Gadotti Filho, diretor de Suprimentos e Distribuição da Esso Brasileira de Petróleo Ltda.

Conselheiros
Hoche José Pulcherio, diretor-executivo da Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola
Luiz Antonio Miranda Conde, diretor de Planejamento Estratégico da Souza Cruz
Victorio De Marchi, co-presidente do Conselho de Administração da Ambev

Conselho Consultivo
Aristides Junqueira, advogado e ex-procurador-geral da República
Armínio Fraga, economista e sócio da Gávea Investimentos
Eduardo Gianetti da Fonseca, economista/Ibmec
Everardo Maciel, consultor tributarista
Hamilton Dias de Souza, advogado especialista em Direito Tributário
João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo

Empresas associadas ao ETCO
Ambev, Kaiser, Coca-Cola, Pepsi-Cola, Souza Cruz, Agip do Brasil S.A., Castrol Brasil Ltda., Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., Esso Brasileira de Petróleo Ltda., Fl Brasil S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Petróleo Sabbá S.A., Repsol YPF Distribuidora S.A., Shell Brasil Ltda., Texaco Brasil Ltda.

REVISTA ETCO

EDITORA Andrea Assef
SUBEDITORA Ana Paula Franzoia

CONSELHO EDITORIAL Emerson Kapaz, Leonardo Gadotti Filho, Hoche José Pulcherio, Luiz Antonio Miranda Conde, Victorio De Marchi

PROJETO EDITORIAL
Andrea Assef, Patricia Blanco, Chico Viana e Mario Viana

PROJETO GRÁFICO Asterisko
DIREÇÃO DE ARTE Beto Nejme e Vanina Maia

CHEFE DE ARTE Alfredo Alberto Vaz
PRODUÇÃO Patrícia Cortes
REVISÃO Márcia Melo

CORRESPONDENTE EM BRASÍLIA: Felipe Recondo Freire

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
TEXTO André Barrocal, Francisco Viana, Jorge Felix

FOTO Biô Barreira, Cacalos Garrastazu, Roberto Castro, U. Dettmar, Juca Varella
ILUSTRAÇÃO Pepe Casals, Helena Cortez

AM13

INTELIGÊNCIA EDITORIAL

A revista ETCO é uma publicação da AM13 Inteligência Editorial sob licença do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO

REDAÇÃO
Av. Faria Lima, 2631, conj. 601,
São Paulo, SP, tel.: (11) 3813-8464



Cenários de uma revolução tributária

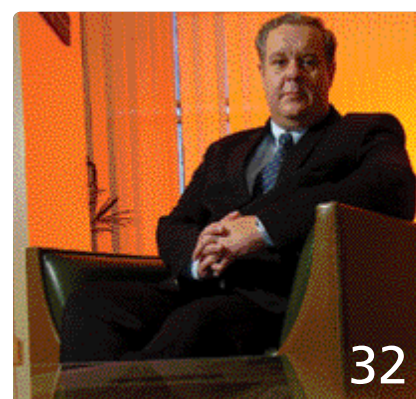
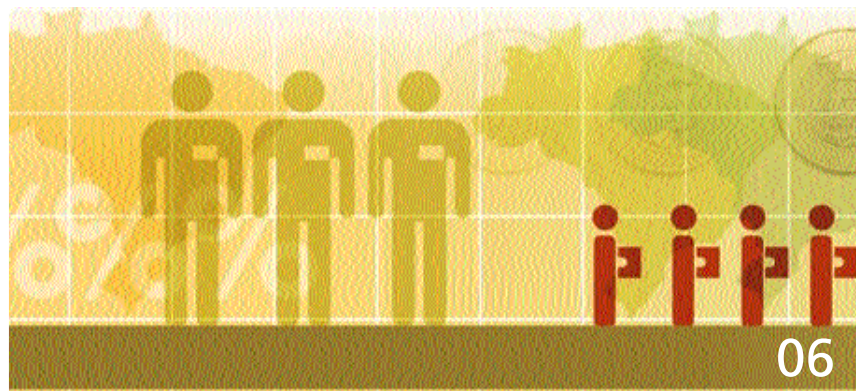
Esta nova edição da revista do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial-ETCO traz uma radiografia ampla e significativa dos caminhos que podem ser trilhados pela reforma tributária no país. Reforma não, melhor seria dizer revolução tributária, uma vez que precisamos mudar de alto a baixo a atual estrutura para que se possa ampliar a base de arrecadação, reduzir alíquotas e, assim, fazer dos impostos uma ferramenta efetiva de promoção de um novo ciclo de desenvolvimento sustentado.

Na última década muito se discutiu sobre o tema, mas a verdade é que preponderou mais o ingrediente político do que a razão dos números. A reportagem de capa da revista ETCO inova com a divulgação de uma pesquisa feita pelo Instituto em parceria com a Fundação Getulio Vargas justamente para mostrar, por meio de cenários, o que o país pode ganhar se resolver o impasse da revolução tributária. Ou, também, o que pode perder se resolver não realizá-la ou se deixar seduzir por medidas paliativas.

A revista ouviu também a opinião de empresários e executivos sobre a unificação das 27 legislações de alíquotas de ICMS. Há unanimidade quanto à imperativa necessidade de não se incorrer no erro de nivelar as alíquotas por cima. Seria um jogo de soma zero para que nada mude e tudo fique como está, com prejuízos, é claro, para a nação brasileira. Foram ouvidos, entre outros, Ciro Mortella (presidente-executivo da Febrafarma), Brian Smith (presidente da Coca-Cola), Carlos Ribeiro (presidente da HP Brasil), Victorio de Marchi (co-presidente do Conselho de Administração da Ambev), Nicandro Duarte (presidente da Souza Cruz), Paulo Setúbal (presidente da Itautec).

Mas há, ainda, outras novidades no cardápio da revista. Além de entrevistas com o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, Luiz Paulo Barreto, presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Raul Velloso, um dos maiores especialistas em Contas Públicas Brasileiras, fomos até Jaraguá, a 100 quilômetros de Goiânia, ver de perto como vive a cidade que até alguns anos atrás abrigava falsários de calças jeans de grife e hoje exhibe um vigoroso pólo têxtil com selo de qualidade. Por fim, mergulhamos no Brasil dos idos do marquês de Pombal para mostrar as raízes da nossa intrincada burocracia e – acreditem – relatar como o marquês, tido como um déspota esclarecido, conseguiu encontrar a fórmula do crescimento econômico por meio da redução de impostos. Boa leitura!

Emerson Kapaz
PRESIDENTE-EXECUTIVO



03 Editorial

05 Cartas

06 Estudo GVconsult

Pesquisa aponta impactos da reforma tributária em discussão no Congresso

12 Contas públicas

Raul Velloso afirma: o problema do Brasil é fiscal

14 Enquete

A opinião dos empresários sobre a unificação do ICMS

16 Encontro

Magistrados do Superior Tribunal de Justiça se reúnem para debater os males da sonegação fiscal

18 Solução

Cidade goiana cresce com o fim da pirataria

22 Entrevista

Governador Germano Rigotto quer compensação fiscal para estados

26 Educação

Prêmio Ibrac/ETCO incentiva projetos de direito concorrencial

27 Seminário

Sindireceita discute caminhos para problemas de Foz de Iguaçu

28 Avanço

As vitórias das empresas éticas contra a concorrência desleal

32 Entrevista

Luiz Paulo Barreto é um caçador de piratas

34 História

Brasil já teve impostos reduzidos pelo governo

36 Internet

Site do Ministério da Justiça é arma contra a corrupção

37 Televisão

Globo e ETCO levam valores éticos para a TV

38 Artigo

Hamilton Dias de Souza escreve sobre o art. 146-A da Constituição, que previne a concorrência desleal

PEPE CASALS / U. DETTMAR / BIÓ BARREIRA / ROBERTO CASTRO



A segunda edição da revista ETCO foi um sucesso. Um vasto e qualificado universo de leitores saudou a iniciativa com cartas que atestam seu alcance, sua atualidade e sua qualidade editorial

Que 2005 seja mesmo o marco definitivo contra a concorrência ilegal no Brasil. Parabéns ao ETCO pela segunda edição de sua revista e pelo conteúdo informativo e objetivo.

ARY SILVEIRA BUENO
ASPR Auditoria e Consultoria

Parabenizo a equipe pela qualidade do conteúdo editorial da revista ETCO. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-los pelos nobres projetos desta instituição e renovar o meu protesto de elevada estima e consideração.

CELITA PROCÓPIO DE ARAÚJO CARVALHO
Presidente do Conselho Curador da Fundação Álvares Penteado (Faap)

Tenho o prazer de saudá-los pela revista ETCO e ao mesmo tempo apresentar o Indecopi, Instituto Nacional de Defesa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual. Nossa finalidade é promover na economia peruana uma cultura de honestidade e respeito à propriedade intelectual e ao consumidor.

Gostaríamos de contar sempre com o conteúdo da revista e adoraríamos receber os próximos números.

LUZ TELLERIA SEGALÁ
Centro de Información y Documentación del Indecopi
Lima-Peru

Certamente a conscientização de consumidores (pessoas físicas ou jurídicas) quanto às práticas ilegais e anticoncorrenciais e suas conseqüências para a sociedade constitui uma fundamental parte da solução do problema. Por isso mesmo, venho cumprimentar os integrantes desta entidade e editores de sua revista pelo excelente trabalho que está sendo realizado.

RUBENS PONTES
Diretor da Saint Gobain

Cumprimento-os pela escolha das matérias enfocadas, que, além de bem elaboradas, são da maior importância para todos nós que trabalhamos pela ética nos negócios. O painel dos formadores de opinião que participaram da segunda edição da revista confere credibilidade às teses defendidas e a qualidade editorial e gráfica também está impecável.

LEOCADIO DE ALMEIDA ANTUNES FILHO
Diretor-superintendente
Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga

Nós, da Associação Brasileira de Responsabilidade Social (Abrares), parabenizamos o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial pelo belo trabalho, realizado através da excelente publicação ETCO.

JORGE CARNEIRO E MARCELLO MOREIRA DA SILVA
Diretoria da Abrares



Gostei muito da revista ETCO, que trata de assuntos tão importantes à nação. Vocês estão realizando um belo trabalho. Parabéns.

GILBERTO CARVALHO
Chefe do gabinete pessoal do presidente da República

Cartas para esta seção, com endereço, RG e telefone, devem ser enviadas para: AM13 Inteligência Editorial Av. Faria Lima, 2631, conj. 301, Jardim Paulista, São Paulo – SP CEP 01451-000 – Tel/Fax (011) 3813-8464 E-mail: am13editora@uol.com.br As cartas poderão ser editadas por motivo de espaço.

Três cenários para o Brasil

Estudo da GVconsult sobre carga tributária mostra os impactos da reforma em discussão no Congresso Nacional

Por Andrea Assef

Dois milhões de novos postos de trabalho ou mais 4 milhões de desempregados? Os rumos da reforma tributária, que será votada no Congresso Nacional, vão responder a questões cruciais como essa. O novo mapa macroeconômico nacional está fortemente correlacionado ao desfecho da reforma tributária, segundo o estudo Impactos Macroeconômicos, Regionais e Setoriais da Reforma Tributária, elaborado por técnicos da GVconsult, da Fundação Getulio Vargas, a pedido do ETCO. “Trata-se de uma contribuição para a construção de uma agenda positiva no país, na busca de um novo ciclo de progresso e desenvolvimento sustentado”, diz o empresário Emerson Kapaz, presidente-executivo do ETCO. Vale lembrar que a atual proposta de reforma – a PEC 285/2004 – unifica as alíquotas em cinco faixas, remetendo para o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a determinação das mercadorias, bens ou serviços que se submeterão às faixas de alíquotas definidas para o ICMS.



CENÁRIO 1

ICM = 11,5%

PERDA DE 83 MIL DE EMPREGOS

PIB: + 0,12%

Inflação: - 0,17%

Aumento na arrecadação: 0,47%

Arrecadação: R\$ 118,874 bilhões

CENÁRIO 2

ICM = 13,6%

PERDA DE 4 MILHÕES DE EMPREGOS

PIB: + 5,96%

Inflação: + 2,39%

Aumento na arrecadação: 12,86%

Arrecadação: R\$ 136,142 bilhões

CENÁRIO 3

ICM = 10,7%

GANHO DE 2 MILHÕES DE EMPREGOS

PIB: + 3,47%

Inflação: - 1,24%

Aumento na arrecadação: 0,09%

Arrecadação: R\$ 117,187 bilhões

PEPE CASALS



BÍO BARREIRA

Depois disso, será referendada pelo Senado. Ou seja, a unificação será em âmbito nacional e os estados não poderão votar normas autônomas.

Os pesquisadores da FGV, sob a coordenação de Fernando Garcia, projetaram o impacto de três diferentes alíquotas de ICMS no crescimento do país e na taxa de inflação. O resultado foi um Brasil bastante diferente para cada uma das três alíquotas. Nas duas pontas estão os cenários 2 e 3. São dois países quase antagônicos. No cenário 3, com uma alíquota de ICMS nominal média de 10,7%, surge um Brasil que cresce 3,5%, gera 2,3 milhões de novos empregos e vê cair em 1,24% o índice de preços ao consumidor (IPC). Já no cenário 2 o país é outro. Com alíquota de 13,6% do preço ao consumidor, a atividade econômica recua. Nesse caso, o cenário é perverso. O PIB cai 5,96%, cerca de 4 milhões de empregos desaparecem e a taxa de inflação sobe 2,39%.

Enquanto isso, o cenário 1 traz poucas alterações em relação ao Brasil que conhecemos hoje. Ele foi desenhado como um ponto de partida para a análise dos técnicos da FGV e buscou preservar a estrutura de alíquotas de ICMS vigente no país, com redistribuições setoriais mínimas. Para traçar esse quadro, os especialistas estimaram um processo de negociação na reforma tributária cujo foco seria manter o atual nível de arrecadação de ICMS global no país, o que não introduziria mudanças mais drásticas no que se vê atualmente. Nesse cenário, a alíquota nominal média do ICMS permanece em torno de 11,5% do preço ao consumidor das mercadorias e serviços transacionados no país.

Para estabelecer os cenários 2 e 3, os técnicos implementaram então variáveis que simularam grandes mudanças nas alíquotas. Na definição do cenário 2, o de maior perda de atividade econômica, utilizaram premissas que

se alinham à posição mais conservadora, com aumento generalizado de alíquotas.

Por exemplo, o Estado que depende muito da arrecadação de ICMS de determinado produto negociará com o Estado que depende da arrecadação de outro produto, para uma elevação da alíquota de ambos. A questão da distribuição do ICMS entre os estados, aliás, é um dos pontos mais polêmicos da reforma tributária. O governador Germano Rigotto, em entrevista à revista ETCO (pág. 22), diz que para a lei – que já está há um ano e meio parada no Congresso – ser votada é preciso que o governo federal crie mecanismos de compensação aos estados. “Sem seguro-receita não tem reforma”, afirmou ele.

Na simulação desenvolvida pela FGV, a construção do cenário 3, o de melhor impacto no desenvolvimento econômico, foi baseada na premissa de que o processo de negociação na reforma tributária dará origem a uma estrutura inovadora e ousada. Os pesquisadores trabalharam com apenas três das cinco faixas de alíquotas, restringindo a maior delas em 22% do preço ao consumidor das mercadorias. Esse panorama prevê uma estrutura simplificada que, ao mesmo tempo, possibilita uma desoneração global. Assim, a alíquota nominal média passaria a 10,7% do preço ao consumidor. Ainda nesse cenário, os especialistas dizem que fica subentendida a idéia de que, no curso das negociações da reforma tributária, prevalecerá o consenso nacional de que é chegada a hora de uma reversão no processo de crescimento da carga tributária, de forma a permitir a manutenção do atual nível de arrecadação real de ICMS, com o crescimento da base de arrecadação. E a perda da arrecadação provocada pela redução da alíquota média será compensada pelo efeito do crescimento econômico e pela redução da diferença entre o potencial e a arrecadação efetiva de cada produto.

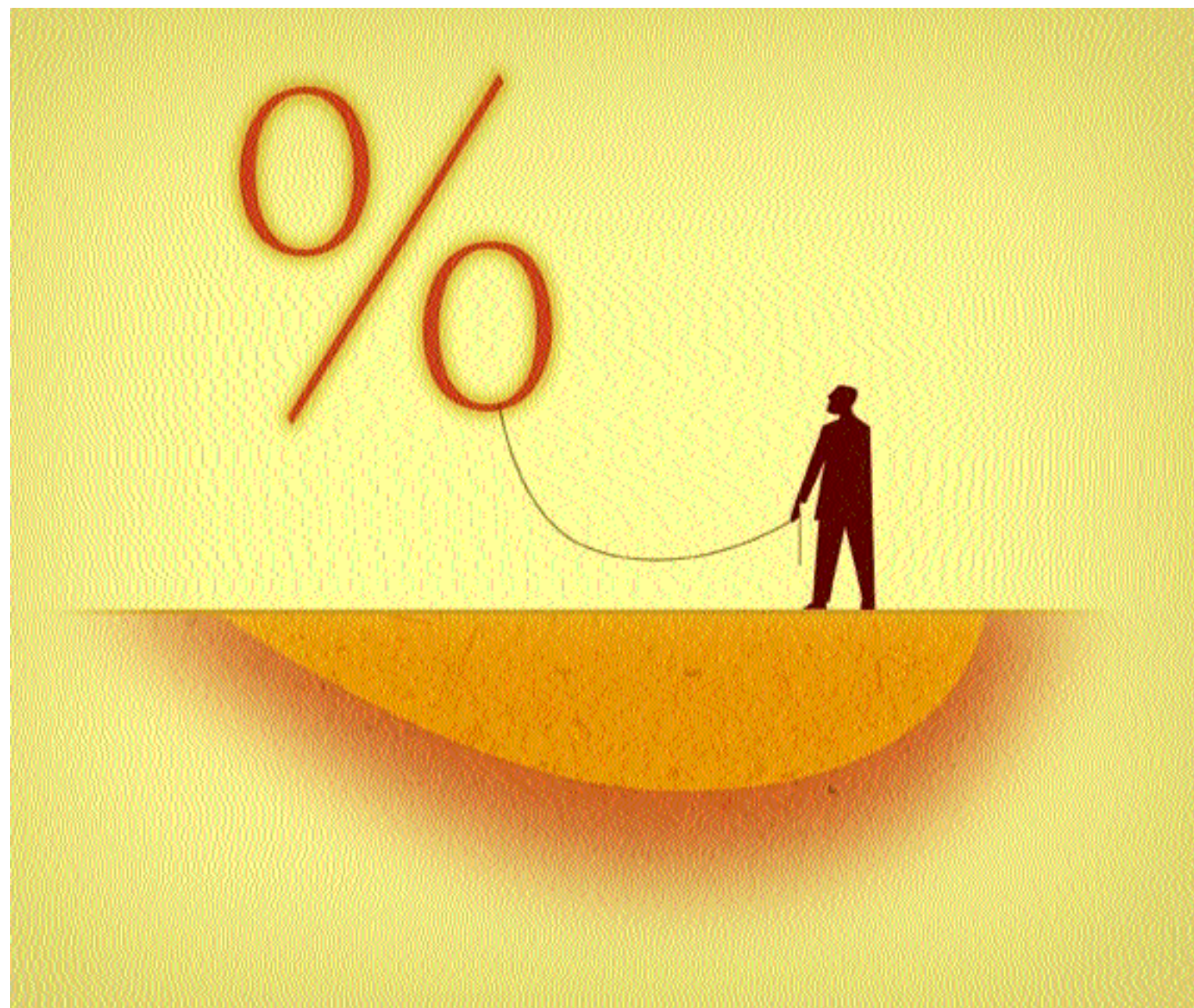
A reforma tributária não é um assunto trivial e exigirá uma discussão complexa com base em estudos que dêem lastro a decisões que vão ter forte impacto na história econômica e social do país. Na vida, dizia Benjamin Franklin, só existem duas certezas: a morte e os impostos. A morte não deixa muita opção. Já os impostos podem se traduzir em verdadeiras alavancas de crescimento econômico, daí a importância dessa discussão para toda a sociedade. São os impostos que vão permitir o funcionamento da máquina estatal, pagando desde o salário de médicos, professores, até o do próprio presidente da República. Também são os impostos que vão financiar os investimentos do Estado na construção de escolas, estradas e infraestrutura. Quando se fala em impostos, são dois os parâmetros que devem ser analisados: a eficiência da arrecadação e da utilização dos recursos arrecadados. Discute-se na reforma tributária o primeiro parâmetro, ou seja, o tamanho da carga tributária e sua efetiva arrecadação. O que se quer é eficiência. Daí a importância da discussão.

Como mostra o levantamento da FGV, um aumento generalizado de alíquotas pode comprometer o desempenho econômico do país. Isso é verdade para qualquer economia, mas no Brasil ganha contornos ainda mais relevantes dada sua já elevada carga tributária, que chega a mais de 36% do Produto Interno Bruto (PIB), uma das maiores do mundo. Desse modo, antes que se proceda a uma reforma que venha a expandir ainda mais a carga tributária brasileira, é importante lembrar o que a teoria econômica ensina sobre o tema. Estudos desenvolvidos pelo economista norte-americano Arthur Lafer mostram que há uma relação peculiar entre a arrecadação e a carga tributária de um país. Segundo ele, quando a carga tributária de um é baixa, a relação entre carga e arrecadação é di-

reta. Ou seja, inicialmente, uma pequena elevação da carga tributária proporciona um aumento no total da arrecadação do governo. Entretanto, depois de alcançar certo patamar, a relação se inverte. Nesse caso, uma nova tentativa de elevação, de uma carga tributária já muito alta, resulta, em vez de ganhos, em perdas de arrecadação efetiva.

Essa correlação ficou conhecida como Curva de Lafer. A explicação de Lafer para justificar a ocorrência de tal fenômeno é o fato de que uma carga tributária, quando já muito elevada, estimula a sonegação de impostos e a informalidade e fomenta atividades ilegais como a pirataria e o contrabando. Ao mesmo tempo, há um forte desestímulo sobre os negócios da chamada economia formal, diminuindo assim a própria base de incidência da tributação, reduzindo o total de arrecadação.

Assim, à luz dessa teoria, quando a carga tributária de um país chega a esse nível, a saída para elevar a arrecadação, ao contrário do que se pensa, seria fazer uma reforma que reduzisse a carga tributária, o que implicaria não uma queda, mas uma elevação da arrecadação tributária do setor público, haja vista o estímulo que seria dado ao setor produtivo formal da economia, estimulando o investimento e o consumo agregados. A revista ETCO ouviu empresários e executivos sobre as mudanças que a unificação das alíquotas do ICMS pode trazer (pág. 14). A maioria acredita que este é o momento de dar o grande passo rumo à diminuição gradual de impostos que resultará na redução da elisão fiscal, com uma maior formalização da economia. No calor das discussões e propostas, e antes que se proceda a uma reforma que venha a expandir ainda mais a carga tributária brasileira que estrangula o crescimento econômico do país, o estudo conjunto do ETCO e da FGV é mais uma contribuição ao debate. ★



PEPE CASALS

O problema do Brasil é fiscal

Um dos maiores especialistas em contas públicas do país, o consultor econômico Raul Velloso diz que enquanto houver rigidez orçamentária e aumento contínuo das despesas não haverá crescimento real

A discussão quase futebolística que chegou às feiras, aos bares e às ruas sobre a taxa básica de juros e as decisões do Comitê de Política Monetária tira o foco do problema central da política econômica brasileira. As contas públicas são, na verdade, o principal entrave para o crescimento. Opinião de Raul Velloso, consultor econômico e um dos maiores especialistas em Contas Públicas Brasileiras.

Ele dita de cabeça a fórmula do problema que os governos brasileiros de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva ainda não conseguiram solucionar mesmo com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e com a economia milionária de recursos para pagar os juros da dívida brasileira.

“O problema do crescimento da economia é fundamentalmente fiscal. A política monetária combate os efeitos, a pressão inflacionária, que, por sua vez, vem da taxa de câmbio, que vem da instabilidade macroeconômica, que decorre da área fiscal e da não sustentabilidade da dívida pública”, ensina em menos de dez segundos.

A discussão em torno da taxa básica de juros, portanto, estaria fora de foco. Inegáveis são os efeitos prejudiciais de uma política monetária restritiva, com a Selic em trajetória de alta desde setembro de 2004, interrompida em junho. Mas a restrição vem a reboque da irresponsabilidade fiscal, dos gastos de qualidade duvidosa e da legislação orçamentária,

que leva o governo a lidar com as contas públicas de forma matemática.

No ano passado, o governo chegou a aventar a possibilidade de resolver o ponto nevrálgico dessa lista, criado pela Constituição de 1988. Estudou a possibilidade de flexibilizar o Orçamento, hoje com engessamento de 90%. A celeuma das contas públicas, com efeitos negativos na criação de emprego e distribuição de renda, fez parte de um estudo do Ministério do Planejamento que não gerou efeitos práticos até o momento.

“A primeira restrição refere-se ao grande volume de receitas vinculadas, que provoca rigidez orçamentária na medida em que estas não podem ser utilizadas para financiar despesas diferentes daquelas para as quais foram criadas”, diz o estudo. Em 1988, antes da nova Constituição, os recursos de que a União dispunha para gastar como quisesse chegavam a 55,5% do total das receitas do Tesouro Nacional. Em 1993 a participação caiu para 22,9%. No exercício de 2002, baixou para 19,4% e manteve-se no primeiro ano do governo Lula.

Velloso ressalta outro problema consequente da restrição das receitas: “Mais que o problema da vinculação, os gastos são presos a dispositivos legais e tendem sempre a aumentar”. E o governo concorda: “A segunda restrição diz respeito ao crescimento contínuo das despesas de execução constitucional e/ou legalmente obrigatórias, o que prejudica sobremaneira a flexibilidade da política fiscal. Verifica-se que as despesas com pessoal e en-

cargos sociais, previdência social, assistência social, educação e saúde cresceram significativamente entre 1995 e 2002”.

A busca por soluções para o problema esbarra violentamente na política. Qualquer que seja o presidente, ele enfrentará a resistência de setores da sociedade com forte representatividade no Congresso Nacional. Afinal, o desgaste seria certo se o Executivo propusesse alterar artigos da Constituição que, por exemplo, obrigam a União a destinar 18% da receita dos tributos à educação.

Nesse cenário de imobilidade orçamentária, o governo tem usado os juros como principal antídoto contra pressões inflacionárias. Os 19,5% de juros ao ano geram pressões sobre a dívida, cujo percentual atrelado à Selic passa de 57%. Se mantida a taxa por 12 meses, o gasto adicional do governo seria de aproximadamente R\$ 100 milhões.

Tal é o problema que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento, tratou do tema em seu boletim de conjuntura. “Continua viva a discussão acerca do mix adequado entre as políticas fiscal e monetária. O aumento da taxa

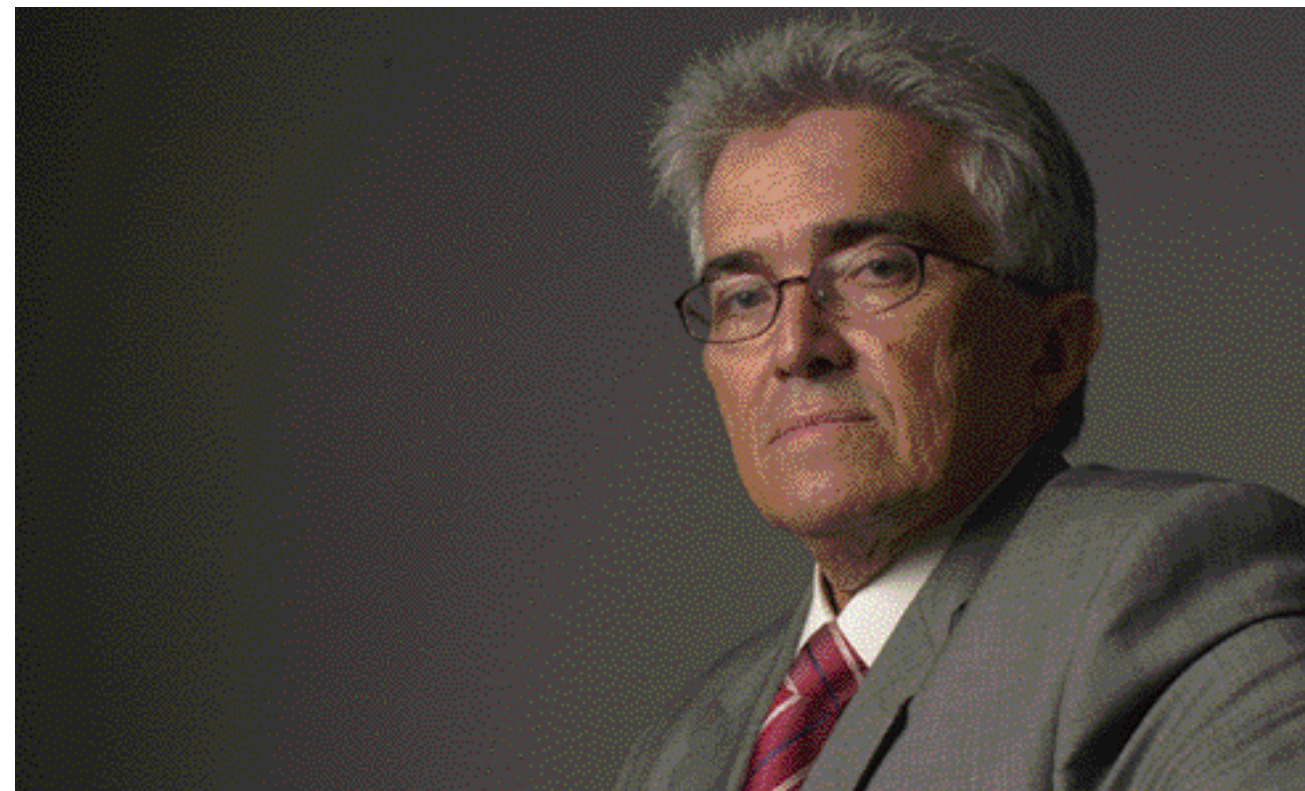
de juros a partir do segundo semestre do ano passado conviveu, pelo menos até o início deste ano, com um aumento importante do gasto público”, argumentam os técnicos do Ipea.

Mesmo com a conjunção da política fiscal inflexível e da monetária restritiva, o governo prefere contornar a encarar o entrave. Para isso, levou ao Congresso Nacional a legislação das Parcerias Público-Privadas (PPP), por exemplo. Uma tentativa de promover os investimentos necessários sem depender necessariamente dos recursos que sobram depois de cumpridas as vinculações orçamentárias.

Outra medida paliativa, comemorada pela equipe do Ministério da Fazenda, foi a negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para que os investimentos rentáveis do governo deixassem a contabilidade dos gastos no cálculo do superávit primário.

Nenhuma delas, aos olhos de Raul Velloso, aproxima-se da solução. “Mudança de contabilidade é apenas uma maquiagem”, critica. “Como regra geral, o governo tem de flexibilizar a restrição legal. O Orçamento não pode estar afeto a qualquer restrição. Essa é a solução.” Palavra de especialista. ★

O economista Raul Velloso é consultor econômico, professor e doutor pela universidade de Yale



CACALOS GARRASTAZUVALOR ECONÓMICO

ICMS: perigo à vista

O maior risco da reforma tributária, tão esperada pelo setor produtivo, é resultar em aumento de imposto. Ao unificar as 27 legislações, o Congresso Nacional pode escolher a maior entre as 40 alíquotas de ICMS cobradas hoje no país. A revista ETCO ouviu a opinião de empresários e executivos

“Acredito que as alíquotas serão niveladas pela média, já que, dessa forma, a federalização do ICMS não elevaria ainda mais a carga tributária e também não prejudicaria o esforço recente do governo federal no combate à sonegação de tributo. Como o nivelamento pela média vai impactar tanto os estados que hoje têm alíquotas superiores quanto os que têm alíquotas inferiores à média, é preciso equacionar uma forma de compensação para facilitar a evolução da reforma do ICMS.”

Brian Smith,
presidente da Coca-Cola

“Entendo que, no caso da uniformização das alíquotas de ICMS, estas serão niveladas pelas maiores taxas. Isso porque no caso dos principais estados ‘exportadores para outros estados’ – exemplo de São Paulo –, uma nivelção pela alíquota menor representaria uma perda no recolhimento de tributos.”

José Roberto Lettiere,
CFO & VPFinanças da
Pepsico do Brasil

“É provável que o lobbie dos governos estaduais queira nivelar por cima as novas alíquotas, mas a sociedade deve se mobilizar na direção oposta. O comércio paulista defende a redução da carga tributária, que deve ser

acentuada no caso dos produtos essenciais de consumo popular, como a cesta básica, que deveria ter alíquota zero ou próxima disso.”

Abram Szajman,
presidente da Federação do
Comércio de São Paulo (Fecomércio)

“A simplificação da cobrança do ICMS deve respeitar o conceito da essencialidade. Esperamos que nas operações intra-estaduais e interestaduais situe-se entre 4% e 7%, no máximo, considerando-se as características dos produtos farmacêuticos. É importante garantir o princípio da não-cumulatividade para impedir que seja desvirtuada a essência da tributação sobre circulação de mercadorias.”

Ciro Mortella,
presidente-executivo da
Federação Brasileira da Indústria
Farmacêutica (Febrafarma)

“Acredito que o ideal seria uniformizar pelo menor valor possível, o que tornaria os preços mais competitivos e os produtos mais acessíveis para a população.”

Carlos Ribeiro,
presidente da HP Brasil

“O sistema tributário ideal que proporciona o desenvolvimento econômico

de um país baseia-se em três pilares: a estrutura tributária de um imposto deve ser simples para facilitar a fiscalização e evitar a elisão fiscal; a arrecadação deve ter um controle eletrônico e com o mínimo de intervenção humana; e deve ter regras rígidas e eficazes de punibilidade. A proposta de federalização do ICMS significa um avanço por substituir 27 legislações estaduais por uma única lei federal. Os tributos no setor cervejeiro equivalem a 33% do preço final do produto – mais que seu custo de fábrica. Considerando-se que o ICMS tem alíquotas que variam nos Estados entre 18% e 35%, encontrar a média ponderada do imposto, sem aumento de carga tributária, será tarefa a ser executada com cautela e bom senso.”

Victorio de Marchi,
co-presidente do Conselho
da Ambev e conselheiro
fundador do ETCO

“Acredito que há uma tendência de nivelar pela mais alta, no intuito de evitar perdas pontuais. O momento é de tentar uma redução gradativa através de uma maior formalização da economia e do combate à evasão fiscal. Se mais empresas pagarem os impostos, a arrecadação aumentará, propiciando o início de um círculo virtuoso, com retomada dos investimentos e crescimento da economia.”

Nicandro Duarte,
presidente da Souza Cruz



BETO NEJME

“Acredito que existirão no mínimo cinco categorias de produtos com alíquotas diferentes. Essas categorias serão criadas para atender aos produtos ‘sensíveis’, seja por categoria, seja por região geográfica.”

Paulo Setúbal,
presidente da Itaotec Philco

“Possivelmente a federalização do ICMS se dê pela aplicação da maior alíquota, razão pela qual a Fiesp defende que haja uma transição gradual entre o modelo vigente e o modelo proposto. As alíquotas devem ser convergidas às alíquotas fixadas pelo Senado, em 11 anos, minimizando os impactos negativos da adoção do nivelamento pela maior alíquota, caso isso ocorra.”

Paulo Skaf,
presidente da Fiesp

“A tendência é de que as novas alíquotas sejam niveladas pela média, em torno de cinco alíquotas, diferenciadas por tipo de produto. De um lado o governo vai tentar manter o nível de arrecadação, e de outro não vai correr o mesmo risco da MP 232.”

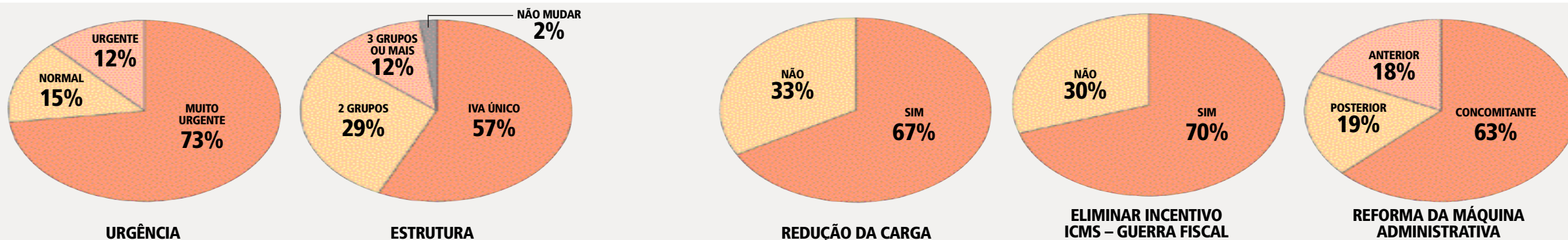
Amaury Olsen,
presidente da Tigre

“Na nossa visão deveriam ser definidas cinco faixas de alíquotas de ICMS, nas quais seriam alocados todos os bens tributados. Dada a diversidade de critérios usados pelos estados, essa alocação deve buscar uma média das alíquotas vigentes para cada produto.”

João Pedro Gouveia Vieira,
presidente do Sindicom *

REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma pesquisa realizada em junho durante o seminário sobre tributação do Grupo de Líderes Empresariais (LIDE), com 105 empresários de peso do país, revelou que 70% deles acreditam que é necessário eliminar os incentivos fiscais por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e acabar com a guerra fiscal.



FONTE: LEAD

O ministro do Superior Tribunal de Justiça João Otávio de Noronha, o presidente do Instituto ETCO, Emerson Kapaz, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, entre outros, foram palestrantes no evento realizado em Porto de Galinhas



DIVULGAÇÃO

STJ na luta contra a sonegação

Ministros e magistrados do Superior Tribunal de Justiça realizam seminário para discutir a sonegação fiscal e seus malefícios

Durante os dias 26 e 29 de maio, o Seminário Aspectos Jurídicos e Econômicos da Sonegação Fiscal, realizado no hotel Summerville, em Porto de Galinhas, Pernambuco, reuniu magistrados, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), representantes da Procuradoria da Fazenda Nacional e da OAB Federal, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, entre outros. O seminário foi dirigido pelo ministro do STJ João Otávio de Noronha e patrocinado pelas principais escolas de magistratura do país, com apoio cultural do ETCO e apoio institucional do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A coordenação foi da Memory - Centro de Memória Jurídica.

Ao abrir o seminário, o ministro Francisco Peçanha Martins, do STJ, reiterou a importância da discussão em torno “deste grande mal, a sonegação fiscal” na busca de caminhos num sistema de plenitude democrática. “As soluções só aparecem quando os homens as discutem para se entender”, afirmou ele. Em seguida, o presidente-executivo do ETCO, Emerson Kapaz, apresentou números que ilustram as consequências da sonegação para a sociedade brasileira e o asfixiamento das empresas em função dos altos índices de tributação no Brasil. A tributação em relação ao PIB dos países em desenvolvimento varia de 13,1% na Colômbia a 25,9% na Rússia. No Brasil, a taxa é de 34,4%. “Assim a empresa brasileira perde competitividade”, disse Kapaz.

De acordo com Carlos Ivan Simonsen Leal, presidente da Fundação Getulio Vargas (FGV), que apresentou um trabalho sobre os impactos econômicos da informalidade, não há uma trajetória realmente sustentável de crescimento com o alto grau de informalidade existente no país. Segundo o estudo do presidente da FGV, não é possível sustentar uma carga tributária tão alta durante muito tempo porque isso vai diminuir cada vez mais os investimentos e criar distorções.

Outro acadêmico, o professor Alberto Xavier, da PUC-São Paulo e da Faculdade de Direito da Universidade de

Lisboa, defendeu a constitucionalidade do IPI-Específico, criado em 1999. De acordo com ele, o tributo é plenamente cabível e legal e de maneira alguma afronta a Constituição.

Em seguida o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, falou sobre os modernos sistemas de controle no combate à informalidade e sonegação fiscal. “Contamos com um sistema, o Siga, em que é possível armazenar 80 fontes de informações de atividades imobiliárias, administração de cartões de crédito, movimentação financeira, capitania dos portos, entre outras, e definir os contribuintes de interesse fiscal”, explicou Rachid. O secretário da Receita disse ainda que não adianta colocar o Exército de mãos dadas nos 15 mil quilômetros das fronteiras terrestres para reduzir o contrabando. “Temos de trabalhar com informação, tecnologia e inteligência”, concluiu.

Segundo o procurador-geral da Fazenda Nacional, Manoel Felipe Rêgo Brandão, o mesmo vale para a Procuradoria Pública, que não está medindo esforços no sentido de agilizar os trabalhos com o objetivo de dar mais atenção aos casos de grande relevância. No painel “Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado”, o ministro do STJ Gilson Dip comparou a estrutura das organizações criminosas que agem no Brasil à máfia italiana pelo seu poder de corrupção.

A última palestra foi do professor Márcio Pereira Pinto Garcia, diretor-adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça. Ele falou sobre a importância da sinergia entre o Direito Internacional e o Judiciário no combate ao crime organizado transnacional. “O Direito que surge como garantidor das fronteiras passa a ser um Direito Internacional, que visa a não fazer com que essa fronteira seja uma barreira para o crime organizado”, disse ele. Ao encerrar o evento e fazer um balanço dos trabalhos apresentados, o ministro João Otávio de Noronha reiterou a importância da integração entre o setor público e a iniciativa privada na luta contra a sonegação fiscal no país, parceria da qual ele é um dos grandes defensores. ★



Jaraguá, a 100 quilômetros de Goiânia, enterra a má fama de abrigar falsários de jeans e lança selo de qualidade

Jaraguá diz não à pirataria

Pólo têxtil de cidade goiana cresce e conquista vida nova depois de acabar com a falsificação

Por André Barrocal (TEXTO) e U. Dettmar (FOTOS), de Jaraguá (GO)

Muitas cidades brasileiras ganharam fama por se dedicar a uma atividade econômica, e fazem questão de cultivá-la. Franca (SP) orgulha-se de seu pólo calçadista, Bento Gonçalves (RS) adora ser a terra do vinho e Petrolina (PE), das frutas. Mas há também quem queira se livrar do estigma adquirido. Jaraguá (GO) tem se esforçado para deixar de ser conhecida como paraíso da pirataria têxtil. Situada a 100 quilômetros de Goiânia e a 200 quilômetros de Brasília, notabilizou-se, na década de 90, por abrigar falsários de calças jeans renomadas, como Forum e Zoomp. A má reputação passará em agosto por uma espécie de enterro simbólico. Uma parceria entre empresários, órgãos oficiais e um instituto europeu começa a trabalhar na divulgação de um selo de qualidade para as confecções locais. O Pequi Brasil, alusão ao fruto goiano, pretende atestar Jaraguá como marca virtuosa. “Tem cliente que vem aqui atrás de roupa falsificada e barata, mas essa imagem de Jaraguá está sumindo. Quem vem de fora leva roupa de qualidade”, diz a empresária Maria Aparecida do Carmo, da confecção Espaço X.

O abandono da pirataria acelerou-se há cerca de três anos, quando a região tornou-se a principal experiência coordenada pelo Sebrae de arranjo produtivo local (APL), aquela reunião de etapas complementares de uma ca-

deia produtiva. Nos cinco municípios do APL (os demais são Goianésia, São Francisco de Goiás, Uruana e Itaguaru), o Sebrae lista 813 empresas, das quais 300 confecções, 211 de acabamento e 192 fábricas.

Com 561 firmas têxteis (69% do total), Jaraguá domina o arranjo. Segundo a Associação Comercial e Industrial de Jaraguá (ACIJ), o setor movimentou R\$ 180 milhões por ano na cidade. Para se ter uma idéia de seu peso no PIB municipal, basta dizer que em 2004 respondeu por 60% da arrecadação de R\$ 12 milhões da prefeitura; ou que emprega 5 mil pessoas registradas e outro tanto ainda sem carteira assinada, numa população de 34 mil habitantes.

O setor têxtil conquistou importância em Jaraguá a partir dos anos 80. O alto índice de informalidade no início facilitou a proliferação da pirataria. Mas a falsificação que empurrou negócios também fez vítimas. Muita gente perdeu dinheiro tomando calote de cliente que sabia que a dívida não poderia ser cobrada na Justiça. Além disso, a disseminação da má-fama levou a um reforço da fiscalização – e a mais dificuldade de caixa. Hoje as empresas do APL têm sido estimuladas a formalizar-se, buscar tecnologia e ter marca própria. Eis a explicação para a derrocada da pirataria.

Até quem a boicotava, saiu no lucro. Marcelo João da Silva Pinto montou a Letuche

Exemplo ético

em 1994, quando a falsificação já era moda, e sobreviveu sem muito brilho até 2003. Aí, decidiu mudar o estilo do jeans que produzia. Em vez de produto popular, apostou em algo mais sofisticado. Investiu em tecnologia e design e passou a cobrar R\$ 70 por uma calça que antes saía a R\$ 20. Resultado: o faturamento mensal cresceu 200%, para R\$ 320 mil, e a produção própria triplicou para 300 peças por dia. “Nossa calça não tinha identidade, agora tem. Até nosso zíper é personalizado”, afirma Silva Pinto. “Quando tinha a pirataria, as empresas esqueceram a própria marca. Nunca fiz isso e me prejudiquei muito.”

A mudança de mentalidade permitirá às confecções conquistar mercados, inclusive fora do Brasil. Hoje os despachos concentram-se nas regiões Norte e Nordeste, por causa da rodovia BR-153, a Belém–Brasília, que tangencia a entrada de Jaraguá. Já as vendas externas ainda são incipientes – nem estatísticas sobre elas há. A razão principal é o baixo profissionalismo administrativo. De qualquer modo, o APL tem a meta de dobrar as exportações até o fim de 2006.

Fabricante de moda praia, a Corpo e Sol é uma das raras exportadoras de Jaraguá. Tem 15 anos e chegou ao mercado externo por acaso, em 2001. A sócia Izabel Aparecida Gomes recebeu, por engano, um telefonema dos EUA. Uma comerciante brasileira pensava ter ligado para a cidade de Trindade (GO), onde pretendia adquirir biquínis. Justamente a especialidade da Corpo e Sol, que aproveitou a chance e fechou um contrato.

Nos últimos quatro anos, o exterior representou, em média, 15% do faturamento da empresa, que tem clientes nos EUA, na Espanha e em Portugal. “A exportação nos ajuda a manter o equilíbrio financeiro porque, quando é baixa temporada aqui no Brasil, é alta temporada lá (*no hemisfério norte*)”, diz Izabel.

O artigo exportado pela Corpo e Sol é produzido, em regra, sob encomenda. Aliás, o APL de Jaraguá caracteriza-se por falta de estoque e venda no atacado. O ponto alto do comércio local é a Jaraguá Expo Fashion, feira para atacadistas realizada há seis anos. Mas, aos poucos, as empresas apostam também no varejo, elemento importante contra a pirataria.

Ao montar lojas, as confecções ocupam um



espaço seu e cultivam uma identidade. De um ano para cá, começaram a se instalar em grande número na avenida principal de Jaraguá. A Espaço X está ali há seis meses e já tem 12% da receita derivada da loja. A corrida das confecções à avenida produziu um fenômeno curioso, o engarrafamento de bicicletas, transporte bastante usado na cidade. Na hora do almoço, o tráfego ficou tão intenso que os lojistas decidiram escalonar a dispensa, com cinco minutos de diferença.

Ao mesmo tempo em que o comércio de rua do setor têxtil floresce em Jaraguá, o empresariado local sonha com um shopping. Planeja construí-lo à beira da BR-153 para tentar atrair um volume maior do fluxo diário de 8,5 mil veículos que passam ali. O terreno e um prédio já existem e abrigam a Jaraguá Expo Fashion.

A edificação do shopping faz parte de um plano maior, que é a criação de uma “passarela da moda” na BR-153, complexo que gravitaria em torno do shopping. Teria estacionamento, restaurante e posto de gasolina, para incentivar o turismo ligado à moda. O projeto, segundo o prefeito Lineu Olímpio, custaria R\$ 15 milhões, mais de um ano de arrecadação. Daí a necessidade de colaboração privada que esteja empenhada em colocar a cidade no circuito nacional da moda. ★



“Falta às empresas uma tecnologia mais avançada. O centro tecnológico nos daria um impulso violento”, diz Leomar Abadia Cardoso, presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá (*no alto, à esquerda*)



TECNOLOGIA DE PONTA

O apoio ao desenvolvimento tecnológico pode ser uma medida importante para que as confecções do arranjo produtivo local (APL) de Jaraguá (GO) não precisem mais recorrer à pirataria de grifes famosas. Com um produto mais qualificado, teriam melhores condições de sobreviver no mercado apostando em marcas próprias.

É por isso que lideranças empresariais e entidades oficiais que estão à frente do APL planejam erguer um centro tecnológico na região. “Falta às empresas uma tecnologia mais avançada. O centro nos daria um impulso violento”, afirma o presidente da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá (ACIJ), Leomar Abadia Cardoso.

Da forma como está sendo concebido, o centro servirá para que se estude a melhoria dos processos produtivos e dos padrões de controle de qualidade, além de oferecer cursos, como de design, entre outras coisas.

O projeto elaborado pela ACIJ, pela prefeitura de Jaraguá e pelo Sebrae prevê que o centro seja construído no mesmo terreno que pode vir a abrigar um shopping, num prédio vizinho. O investimento previsto é de R\$ 1,3 milhão, algo como 10% da arrecadação anual de Jaraguá. Os recursos devem ser liberados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.



FOTOS: BIÔ BARREIRA

“Sem seguro-receita não dá”

Quem diz isso é o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que defende mecanismos de compensação aos estados que terão alíquotas de impostos reduzidas com a reforma tributária Por Jorge Felix

Ex-presidente da comissão especial da reforma tributária, na Câmara dos Deputados, o governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, conhece bem os entraves políticos que emperram as mudanças na legislação fiscal. Nesta entrevista exclusiva à revista ETCO, Rigotto reconhece o risco de ocorrer um aumento de imposto depois de aprovada a unificação do ICMS, principal ponto da reforma. No entanto, alerta que para essa lei ser votada – já está há um ano e meio parada no Congresso Nacional – é preciso que o governo federal crie mecanismos de compensação aos estados que terão suas alíquotas de imposto reduzidas. “Sem seguro-receita não tem reforma”, afirma Rigotto.

ETCO: O Brasil tem uma carga tributária de 37% e muitos governadores estão empenhados em compensar isso com redução de tributos. Qual a orientação, a filosofia do seu governo na questão tributária?

Rigotto: A situação tributária é uma questão nacional. Nós temos um problema, que é o ICMS com 27 legislações, e essa situação tem de mudar. Nós temos lutado para a reversão desse quadro com a unificação da legislação, para que, em vez de mais de 40 alíquotas, tenhamos apenas cinco. Enquanto isso não acontecer, vamos ter uma situação muito complicada, porque existe uma guerra fiscal entre estados. Estamos olhando, muito mais do que a situação do Rio Grande do Sul, dentro de um sistema tributário caótico como este, é a possibilidade de uma efetiva mudança do sistema tributário com a unificação da alíquota do ICMS.

ETCO: Qual o risco de, ao unificar, ocorrer uma elevação da alíquota, ou seja, unificar por cima?

Rigotto: Esse risco existe. Para evitá-lo tem o chamado seguro-receita. Esse seguro-receita seria uma forma de haver reposição naqueles estados que hoje têm alíquota mais alta e que, ao unificar, teriam de reduzir suas alíquotas. O seguro-receita permitiria a harmonização na média e a reposição para alguns estados. Sem ele corremos, realmente, o risco de uma harmonização por cima. Mas, dessa forma, poderíamos fazer pela média.

ETCO: Os governadores aceitam isso, já que dependeriam desse repasse do governo federal?

Rigotto: Sem seguro-receita não tem reforma tributária. Não é nem uma questão dos governadores, é da área econômica do governo federal. Tem de criar um fundo, um seguro, e passa pela área econômica do governo. Os governadores concordam. Quem tem de concordar é a área econômica.

ETCO: O senhor sente, digamos, uma boa vontade da área econômica?

Rigotto: Não senti nesses últimos meses o avanço que deveria ter. Tanto na questão do seguro como na do Fundo das Desigualdades Regionais. É um fundo que também precisa ter uma formatação, porque vai acabar a guerra fiscal e com isso tem de haver um outro meio de enfrentar as desigualdades regionais, e ainda o fundo da Lei Kandir. Se nós observarmos, essa lei era acompanhada de uma reposição de perdas dos estados exportadores, de 50%, que seria feita pela União. No ano passado não che-

gou a 18%. Os estados exportadores, sobretudo os que têm uma balança superavitária, que exportam mais do que importam, estão tendo uma perda de receita muito grande. Então, essa questão da Lei Kandir tem de ser regulamentada. Precisamos acertar isso. Em resumo são três pontos que passam pela área econômica: seguro-receita, Fundo das Desigualdades Regionais e a regulamentação do fundo da Lei Kandir. Essas questões não avançaram nos últimos meses e, não avançando, emperram a reforma tributária.

ETCO: O fato de o governo federal não ter feito esse repasse foi o que levou o governo do Rio Grande do Sul a aumentar o imposto sobre combustíveis?

Rigotto: Nós aumentamos no limite. O Rio Grande do Sul perdeu R\$ 1 milhão de receita exatamente pelo não repasse do fundo da Lei Kandir. Isso nos levou a enfrentar uma situação financeira difícil. Estamos otimizando receitas, cortando despesas, fazendo

um governo muito austero e enfrentando o déficit estrutural do Estado, que é de R\$ 1,2 bilhão, e não tendo hoje mais aquilo que tínhamos, que era uma outra realidade econômica. Tínhamos a inflação, que possibilitava pôr os recursos em atividade financeira e multiplicá-los. Assim, cobria-se o déficit estrutural do Estado. Encobria-se o déficit estrutural. Não há mais venda de ativos. Teve governo que conseguiu R\$ 5,5 bilhões só com vendas de ativos. Não tem mais o caixa único. O governo passado deixou um déficit de R\$ 1,7 bilhão, tendo recebido o governo com superávit de R\$ 300 milhões. Não há mais limite de endividamento pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, estamos vivendo uma realidade em que não temos mais os remédios que existiam. O nosso remédio é corte de despesas, é fazer um governo austero, trabalhando o lado da despesa e da receita.

ETCO: O senhor teve algum resultado expressivo de aumento da receita depois da elevação do imposto?

Rigotto: É bom que se diga que esse aumento de alíquota é temporário. Foi por um momento. Nós não podemos partir sempre desta lógica de que reduzir imposto resulta em aumento da receita. Isso vale para São Paulo, que é produtor e tem o maior mercado interno do país. Não vale para todos os estados. O grande problema que nós temos hoje é que o Rio Grande do Sul vive uma situação inédita na história do Estado. Tivemos uma estiagem absurda no fim de 2004. Perdemos de 60% a 70% da safra de soja e também da safra de milho. Foi a maior perda de safra dos últimos 70 anos! O que estamos fazendo é ver de que maneira impedimos qualquer paralisação de serviços essenciais. Precisamos continuar a investir na produção para o Estado gerar emprego e renda.

ETCO: Especificamente no reajuste sobre os combustíveis, houve resultado?

Rigotto: Com certeza. Estamos acompanhando mês a mês a arrecadação. O desaquecimento da economia hoje faz com que ocorra uma queda no consumo de combustíveis nacionalmente. É difícil mensurar qual foi o aumento de receita que tivemos. Ao lado disso houve um desaquecimento da economia no Estado, determinado sobretudo pela estiagem.

ETCO: O senhor acredita que isso tem mais peso do que o valor do combustível?

Rigotto: Não tenho a menor dúvida. O problema dos combustíveis é que está dentro de um dos setores de difícil sonegação. Se você faz isso com outros setores, o Estado ganha com uma mão e perde com outra, porque vão sonegar. Nesse caso, por ser emergencial, foi em cima de um setor em que é difícil sonegar pela forma de cobrança. Mas eu gostaria de saber, já pedi ajuda ao próprio setor, por que o combustível no Estado está tão mais caro do que no restante do país. Muito acima do que o aumento do imposto, proporcionalmente falando. O importante é que isso foi uma emergência. A alíquota cairá 1 ponto no ano que vem e volta para 25% no fim de 2007.

ETCO: É possível baixar antes de 2007?

Rigotto: A redução já foi iniciada. Antes mesmo de entrar em vigor, o governo do Estado já garantiu a redução da alíquota para 29%, o que representa uma queda de 1 ponto percentual sobre o percentual originalmente aprovado pela Assembléia Legislativa, no final do ano passado. Como havia dito, desde que haja um aumento de arrecadação que possa fazer frente às dificuldades financeiras para fechar o déficit, nós somos os mais interessados em reduzir esse impacto, que se fez necessário para garantir o equilíbrio das contas públicas. Já garantimos uma redução gradual, até o ano de 2006, que poderá, sim, ser antecipada.

ETCO: Fiscalização. Como o governo tem agido para coibir o contrabando, principalmente, pela posição geográfica estratégica do Estado para os contrabandistas?

Rigotto: Desde o primeiro ano do nosso governo o Rio Grande do Sul tem demonstrado sua intenção de enfrentar movimentos irregulares na economia, principalmente aqueles ligados ao contrabando, à sonegação de impostos e à elisão fiscal. Junto com as secretarias da Fazenda e da Justiça e Segurança, procuramos ampliar as relações com outros setores ligados ao assunto, como a Receita e a Polícia Federal e os ministérios públicos estadual e federal. Esse conjunto de organismos acabou por criar uma força-tarefa, que vem conseguindo bons resultados, so-

bremente em áreas como fumo, bebidas e combustíveis. Estamos também coibindo a entrada irrestrita de produtos pelas áreas fronteiriças. Recentemente, determinei a convocação de 275 novos agentes fiscais, que irão reforçar a ação da Secretaria da Fazenda. Ao mesmo tempo em que combatemos essas ações irregulares, na maioria das vezes criminosas, abrimos perspectivas de melhoria na arrecadação de tributos que deixavam de ser pagos. Estabelecemos um grupamento de policiamento aéreo, em Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, que também atende a fronteira uruguaia, buscando desestimular a realização das ações de contrabandistas.

ETCO: O senhor acredita que a crise política, suscitada pelas denúncias de corrupção, possa ter algum efeito positivo em relação à reforma tributária?

Rigotto: O Congresso Nacional tem a possibilidade de avançar, rapidamente, nessa questão e também na reforma política. A diferença é o peso que o governo federal deseja imprimir para que essa discussão seja acelerada. No caso da reforma tributária, uma coisa é certa: em um regime presidencialista como o nosso, se o presidente não participar, efetivamente, no sentido de dar respaldo e impulsionar as articulações com os partidos que formam sua base parlamentar, o projeto não andarará na velocidade necessária. As mudanças na área tributária são fundamentais para que possamos caminhar para uma redução na carga de tributos pagos por empresas e assalariados e no nível de informalidade na economia nacional. O governo já conquistou avanços com a DRU e a CPMF, mas precisa discutir questões primordiais como o ICMS único e com cinco faixas de alíquotas, a destinação de incentivos fiscais, a consolidação do seguro-receita e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que já citei.

ETCO: Qual é a reforma mais difícil, a política ou a tributária?

Rigotto: O atual quadro político pode ser um facilitador para que a reforma política seja debatida com mais determinação pelos partidos, mas também carece de uma articulação do governo federal. Acredito que estamos perdendo tempo e atrasando um processo de reformulação que vai mexer com a vida de partidos e dos próprios eleitores brasileiros. ★



A ética em estudo

Prêmio Ibrac/ETCO ajuda a preparar uma nova geração de profissionais comprometidos com o direito concorrencial
Ana Paula Franzoia

O Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (-Ibrac) e o ETCO se uniram para incentivar a discussão em torno do direito concorrencial dentro das universidades. O instrumento encontrado pelas duas organizações foi a criação de um concurso de monografias na área de direito econômico. A primeira edição do Prêmio Ibrac-ETCO de Monografias em Defesa da Ética Concorrencial teve seis ganhadores – três na categoria graduação (para universitários) e três na profissional. A entrega da premiação foi realizada em maio na sede do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), em Brasília.

Temas como o controle da colusão horizontal no mercado de combustíveis (de Luiza Saito Sampaio), os limites operativos do direito e a regulação jurídica por incentivos para a redução da concorrência desleal (monografia de Leandro Alexi Franco) e o impacto negativo da pirataria no cenário mercadológico e as dificuldades no combate à falsificação (de Arilson Coelho de Carvalho) impressionaram a comissão julgadora e acabaram conquistando o prêmio na categoria Graduação.

O advogado recém-formado Leandro Alexi Franco conta que se preocupou em fazer uma abordagem teórica bem fundamentada, mas que apontasse caminhos práticos. “Tento em todas as pesquisas que desenvolvo aliar teoria e viabilidade”, explica. A mesma preocupação permeou o trabalho de Rodrigo Octávio de Godoy Bueno Caldas Mesquita, ganhador na categoria Profissional, junto com Damiela Diniz Tavares e Rodrigo Holtermann Lagreca. Ao abordar a ordem econômica e a



FOTOS: DIVULGAÇÃO

No alto, os vencedores do Prêmio Ibrac. Na foto acima, Ubiratan Mattos, Elisabeth Farina e Emerson Kapaz

propriedade intelectual, Mesquita conta que procurou caminhos viáveis. “Mostro que concorrência e propriedade intelectual não são excludentes e indico meios processuais para evitar ou reprimir violações.”

A presidente do Cade, Elisabeth Farina, acredita que iniciativas como o Prêmio Ibrac-ETCO são um estímulo importante. “A cultura da concorrência é muito jovem e boa parte das escolas ainda não trata do tema com a devida atenção”, afirma. Para o presidente-executivo do ETCO, Emerson Kapaz, a parceria com o Ibrac coloca o assunto da concorrência desleal na pauta dos cursos que trabalharão com o assunto no futuro.

As monografias vencedoras estão disponíveis no site do Ibrac, uma associação civil sem fins lucrativos. Segundo o presidente do Ibrac, Ubiratan Mattos, a entidade incentiva a realização de pesquisas, estudos e debates com a finalidade de auxiliar a implantação e desenvolvimento no país de um regime de livre concorrência dentro de uma política de economia de mercado. ★

www.ibrac.org.br
www.etc.org.br

Combate integrado

Seminário do Sindireceita aponta caminhos e soluções para acabar com a entrada de produtos ilegais em Foz do Iguaçu

Não se pode enfrentar a situação do contrabando de produtos falsificados na tríplice fronteira, Brasil, Argentina e Paraguai, apenas com ações repressivas. Enquanto não houver uma estratégia integrada de desenvolvimento socioeconômico na área de Foz do Iguaçu, no Paraná, a região continuará sendo uma porta de entrada para o contrabando no país. Essa foi uma das conclusões do Seminário Internacional de Combate Estratégico ao Contrabando e à Pirataria, promovido pelo Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal (Sindireceita), com apoio do ETCO, que ocorreu em Foz do Iguaçu, em junho. Combater o contrabando e a pirataria de forma articulada e principalmente inteligente por parte do governo, Receita, Polícia Federal e ministérios que lidam com a questão e da sociedade é a saída para resolver o problema que se tornou o meio de sobrevivência de 31 mil pessoas envolvidas no contrabando. Durante o evento, que também contou com o apoio da ABPI, do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, da Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar de Combate à Pirataria e à Sonegação Fiscal e da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o presidente do Sindireceita, Paulo Antenor de Oliveira, falou sobre a necessidade da criação de um projeto de qualificação de mão-de-obra na região que seja levado até às universidades. Outra proposta foi a promoção de campanhas de conscientização da sociedade sobre os males do contrabando.

O presidente-executivo do ETCO, Emerson Kapaz, propôs a criação de um grupo no município, formado por entidades de classe e empresarial, Executivo e Legislativo, para elaborar um projeto "estrutural para a recuperação da tríplice fronteira". A ideia seria buscar o apoio do governo federal e do BNDES e até mesmo do Banco Mundial. Um dos principais argumentos que comprovam a

necessidade de ações que ataquem a questão socioeconômica, em vez apenas da repressão, foi um estudo realizado pelos técnicos da Receita em Foz e pelos membros do Sindireceita Sergio de Paula Santos e Samuel Benck Filho. O levantamento mostra que não existe uma correlação direta entre os valores de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e o número de servidores envolvidos nessas ações. Em 1995, por exemplo, foram apreendidos mais de US\$ 39 mil em mercadorias. Na época eram 181 funcionários. Já em 2002, com 230 servidores envolvidos, as apreensões representaram cerca de US\$ 17,6 mil. “É necessário criar um programa para tirar essas pessoas dessa atividade”, afirma Sérgio de Paula Santos. Segundo ele, os programas poderiam vir com a criação de benefícios, como a redução de impostos, que atraíssem indústrias para o município. ★



Cerca de 31 mil pessoas vivem do contrabando na região de Foz do Iguaçu

JUCA VARELLA/FOLHA IMAGEM

Luz no final do túnel

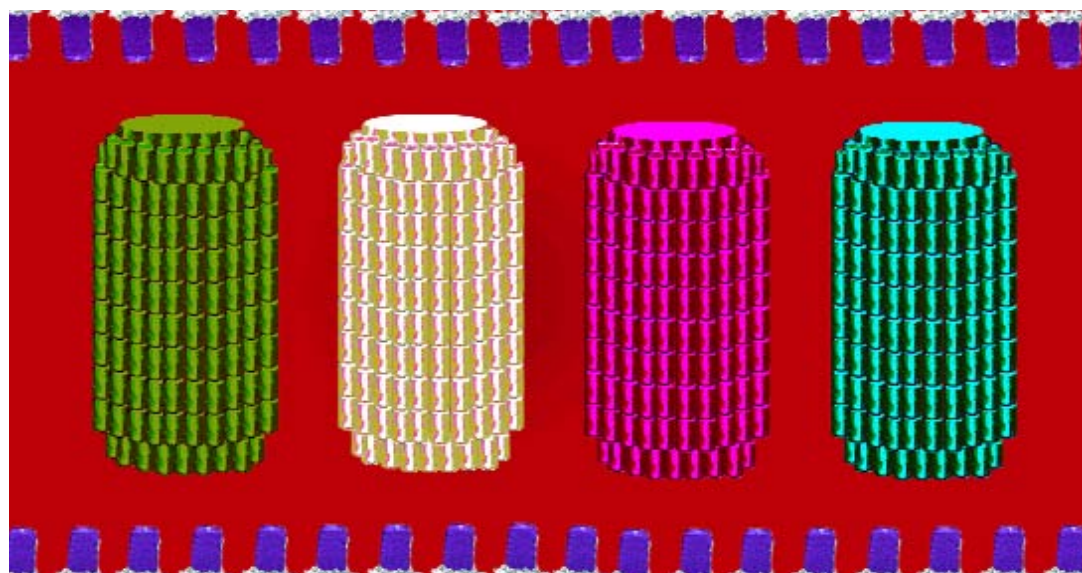
Os avanços e as vitórias na luta das empresas éticas contra a concorrência desleal na economia brasileira

As ações dos setores da indústria que integram o ETCO na guerra contra a sonegação fiscal, o contrabando e a falsificação de produtos no Brasil começam a gerar um saldo positivo. Graças às operações conjuntas da Receita Federal, dos governos estaduais, das polícias federal, estadual, rodoviária e das entidades civis, algumas batalhas estão sendo vencidas. Vale ressaltar, porém, que o caminho para acabar com a economia ilegal é longo. Por isso, a guerra continua. A seguir, as boas notícias em cada um dos setores.

REFRIGERANTE

Nos últimos dois anos, a participação de produtores de refrigerante que sonegam caiu para 27% (de 33%, que foi o ápice da sonegação no setor, em 1999) graças a medidas tomadas pela Receita Federal como o recolhimento do PIS/Cofins na etapa da matéria-prima e não na fabricação. Isso reduziu substancialmente a margem de manobra para sonegar, pois o processo facilita a fiscalização já que os produtores de matérias-primas para embalagens são poucos se comparados aos de refrigerantes. Mesmo assim, as perdas em arrecadação no setor chegam a R\$ 600 milhões.

Há, porém, outros avanços a se comemorar como a exigência da implantação dos medidores de vazão na linha de produção de refrigerantes, seguindo o que ocorreu com o setor de cervejas, que está fazendo com que alguns produtores que apostavam na concorrência desleal procurem se enquadrar logo para não despertar suspeitas. Com os medidores de vazão será possível controlar grande parte dos 12 bilhões de litros fabricados anualmente nas centenas de linhas de produção dos fabricantes de refrigerante em vez de fiscalizar milhões de notas fiscais em todo o país. Para se ter uma idéia do tamanho do mercado, em 1994 existiam 50 produtores. Esse número pulou para 835 fabricantes em 2004. A partir de 1993, a indústria cresceu mais de 100%, sendo que em 1994 o crescimento atingiu 40% sobre o ano anterior. Parte importante desse boom após 1994 veio da informalidade devido, principalmente, à alta carga tributária do setor aliado à dificuldade de fiscalização de um número tão grande de produtores. De 2003 para cá, o setor começou a obter vitórias na luta contra a concorrência desleal e conseqüentemente a participação da indústria formal voltou a crescer.



COMBUSTÍVEL

Uma das principais armas do setor de combustíveis na luta contra as fraudes e a sonegação fiscal tem sido a cooperação e a troca de informações entre os órgãos públicos, responsáveis pela fiscalização destes ilícitos, e as organizações civis como o Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustível e de Lubrificantes) e o ETCO.

Os resultados podem ser observados nos avanços, principalmente nos dois últimos anos, que vão desde o aumento das ações da Polícia Federal, como a Operação Poeira no Asfalto, à criação este ano da Delegacia Especializada para Combustíveis no Estado de São Paulo, única no país, pelo governador Geraldo Alckmin.

Apesar de todas as ações, em 2004 foram vendidos ilegalmente no Brasil cerca de 4 bilhões de litros de álcool (anidro e hidratado). A boa notícia é que nos últimos dois anos não houve um único caso de liminar com efeito econômico. Isso é resultado do trabalho da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com apoio do Sindicom e da Petrobras. Além disso, cresceram as ações de repressão à adulteração e produção clandestina desenvolvidas pela ANP, Polícia Federal, Secretarias de Fazenda Estaduais e pelo Ministério Público.

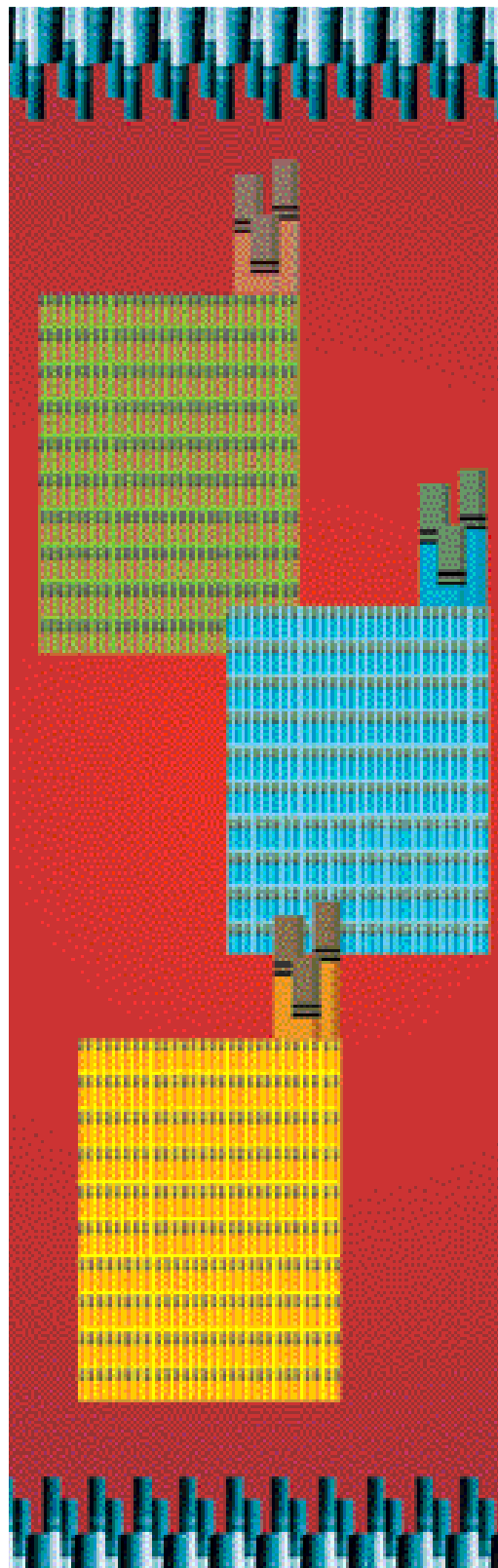
Infelizmente, é preciso observar que os empresários desonestos migram de uma ação para outra, quando as autoridades dão foco no combate a um determinado ilícito. A partir de 2003 quando conseguiu-se vitórias na questão tributária, houve um agravamento na adulteração de combustíveis. Somente com ações coordenadas das autoridades: Polícias, Secretarias de Fazenda, Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional e Ministério Público, com a ajuda da sociedade, será possível inibir práticas que prejudicam o consumidor e o país.

• **Impacto das Ações Contra a Sonegação Fiscal** – Com a redução da alíquota de ICMS do álcool hidratado de 25% para 12%, no Estado de São Paulo, houve um crescimento de 68% nas vendas do mercado formal devido à redução da sonegação.

• **Adulteração com Solventes** – Na gasolina os impostos chegam a atingir cerca de 50% de seu preço final. Como os solventes, usados na mistura clandestina, têm uma tributação menor, torna-se atrativa esse tipo de prática que causa prejuízos ao consumidor, pelos danos aos veículos, e ao erário público pela apropriação da diferença do tributo.



HELENA CORTEZ



FUMO

O mercado ilegal de cigarros no Brasil é composto por contrabando, falsificação e evasão fiscal. Graças às ações de repressão por parte da Secretaria da Receita Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, e também das polícias estaduais e municipais, os volumes do comércio ilegal de cigarros vêm caindo desde 2000. De um total de 46 bilhões de cigarros naquele ano (33% do consumo total), o mercado ilegal declinou para 37 bilhões em 2004 (29% do consumo total). Nos primeiros cinco meses de 2005, o comércio ilegal atingiu 14 bilhões de cigarros ou 28%. Os prejuízos para o erário público foram de 1,7 bilhão de reais em 2004.

- **Falsificação:** O volume de cigarros falsificados atingiu 3 bilhões em 2004, uma redução de 63% se comparado ao volume de 2000 que chegou a 8 bilhões. A tendência de queda aumenta em 2005, com os volumes até maio atingindo 200 milhões de cigarros, graças às ações dos órgãos policiais.

- **Contrabando:** O volume atingiu 37 bilhões de cigarros no ano 2000, reduzindo-se a 19 bilhões em 2004, numa queda de quase 50%. Até o mês de maio deste ano, o volume foi de 7,6 bilhões. Isto ocorreu graças às ações de repressão da PF e da PRF. Vale destacar as Operações Cataratas, Hidra e Comboio.

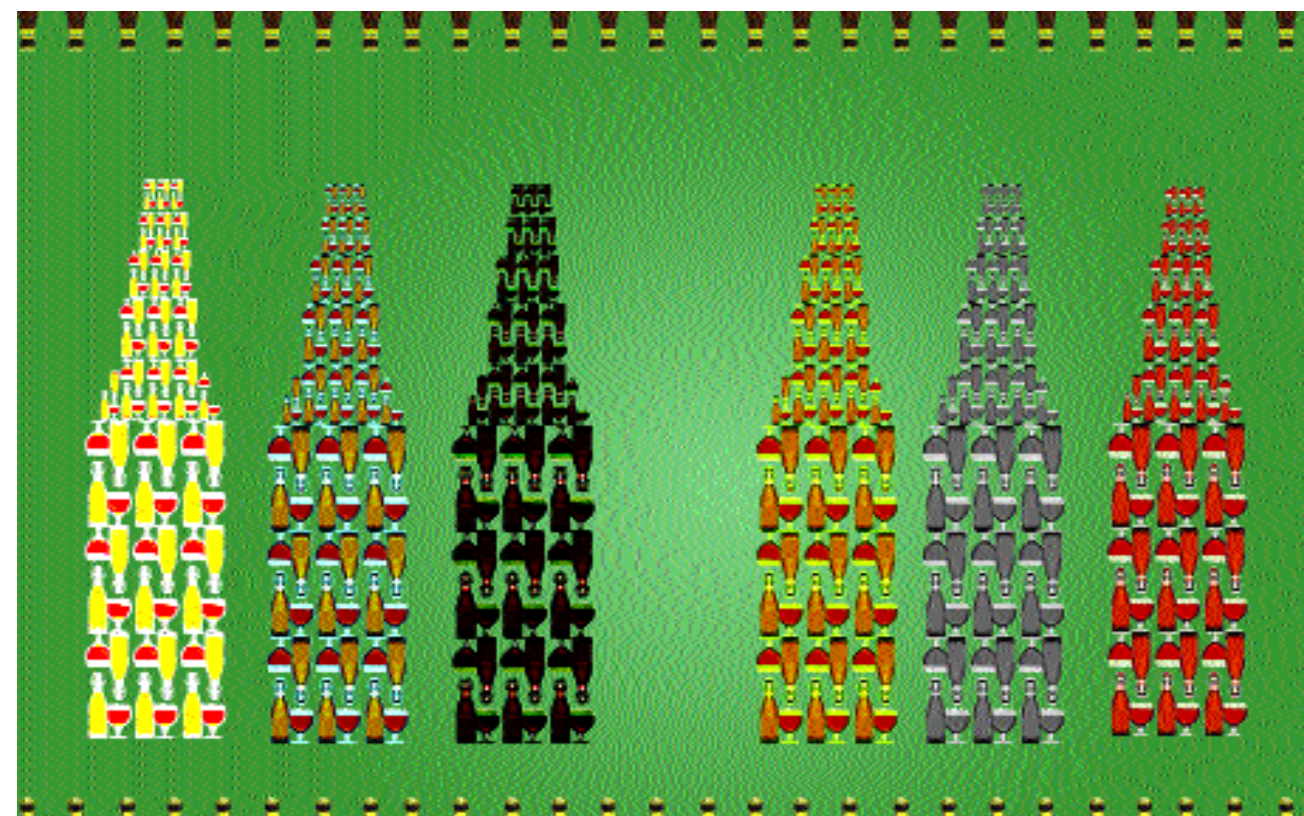
- **Evasão Fiscal:** Infelizmente, boa parte do esforço do governo no combate ao contrabando e falsificação vem sendo perdido em função da evasão fiscal por algumas empresas. O volume de cigarros produzidos por elas aumentou de 1,3 bilhão em 2000, para 15,6 bilhões em 2004, num crescimento de mais de 1000% em 4 anos. A tendência continua em 2005, pois os volumes chegaram a 7,6 bilhões de cigarros até o mês de maio. A evasão fiscal fica clara quando se compara o valor do IPI recolhido em relação à participação de mercado. Em 2004, duas empresas que representaram 85% do volume de cigarros produzidos recolheram 99,7% do IPI correspondente, enquanto outras 14 empresas recolheram apenas 0,3% do IPI, apesar de serem responsáveis por 15% da produção nacional. Outra evidência de evasão são os preços praticados por essas empresas, que vendem produtos a preços inferiores a 1,00 real por maço, enquanto o preço mínimo para pagar os impostos e cobrir os custos gira em torno de 1,40 reais por maço. A evasão fiscal é a grande ameaça no setor que, em 2004, atingiu 700 milhões de reais. Isto apesar do constante combate a este ilícito por parte da Secretaria da Receita Federal, que já aplicou multas de mais de 2,5 bilhões de reais nos últimos anos.

CERVEJA

A grande novidade no setor de cerveja é o Painel de Controle que está sendo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de uma parceria com o ETCO. O Painel de Controle é um sistema gerencial de informações que vai reunir os dados de produção real dos contribuintes obtidos pelos medidores de vazão, equipamentos que foram instalados em cada uma das 160 enchedoras existentes no Brasil. Sua função será tratar e agrupar as informações e cruzar os dados de volume produzido com outros como participação de mercado de todas as marcas, guias de recolhimento efetivo de cada contribuinte e dados de recolhimentos relativos a insumos. Uma vez instalado o medidor de vazão, a informação de volume produzido nas cervejarias vai diariamente via modem para a Receita Federal. No final de cada mês, a Receita verifica os números de produção de cada cervejaria e compara com a arrecadação. A idéia é que o Painel de Controle auxilie a Receita no processo de fiscalização, indicando em quais contribuintes há indícios de anomalia fiscal. A Fundação Getúlio Vargas deve terminar este projeto por volta de setembro. Assim que ficar pronta, a

nova ferramenta de controle será entregue pelo ETCO à Receita Federal.

O Painel de Controle é mais um avanço do setor de cerveja rumo ao combate à sonegação. O segmento vem passando por um processo de adequação, de construção de uma estrutura tributária ideal para o desenvolvimento econômico. Esse movimento de redução das brechas para a sonegação começou em 1989, com a implementação da alíquota específica para o IPI no setor de bebidas, que é aquela alíquota com valor absoluto e não por percentual. Ela facilitou a fiscalização, pois fica muito mais fácil para o governo apurar o imposto sabendo que uma unidade do produto custa tantos reais de imposto em vez de ter de aplicar um percentual sobre um preço totalmente manipulado pelo contribuinte. A alíquota específica precifica o imposto. Ela define, por exemplo, que o imposto da garrafa de 600ml é X e isso facilita a fiscalização e evita engenharias fiscais de empresários desonestos. Em 2003, o Congresso Nacional implementou o mesmo regime para o PIS e o COFINS. Foi mais uma ação comemorada pela indústria cervejeira. ★



Caça aos piratas

Conheça o trabalho de Luiz Paulo Barreto, presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, na luta contra o comércio de produtos falsificados Por Felipe Recondo Freire, de Brasília

Com menos de um ano, o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual mostra seus primeiros resultados e já inicia uma nova fase. Em nove meses, as apreensões de mercadorias pirateadas cresceram 122% nas ações de repressão da Polícia Federal, de acordo com o presidente do conselho, Luiz Paulo Barreto. A primeira dessas ações, chamada de Operação Cataratas, em Foz do Iguaçu (PR), já está em sua segunda etapa e levou melhorias, inclusive, à segurança da cidade e ao comércio local. Operações como essa, com a participação conjunta da Polícia Federal, da Receita Federal e da Polícia Civil, continuam, mas o foco principal será combater a demanda dos consumidores por piratas. Barreto revela, em entrevista exclusiva à revista ETCO, o que está sendo feito.

ETCO: As feiras de produtos piratas continuam cheias mesmo com os esforços do governo? Por quê?

Barreto: Nos últimos 20 anos, a pirataria tem sido vista de maneira romântica, vinculada a fenômenos sociais, problemas de desemprego. Por isso, ficou tanto tempo sem ser combatida como um crime.

ETCO: Essa foi a razão para a criação do conselho?

Barreto: Sim. Em 2001, o governo criou o comitê interministerial de combate à pirataria, mas este tinha apenas uma visão educativa. Percebemos que a pirataria passou a ser operada por uma rede organizada que cuidava tanto da produção como da distribuição. Preocupado com isso, o presidente Lula criou o conselho. O governo entendeu que o problema da pirataria não é social, é vinculado ao crime organizado.

ETCO: Qual é a estratégia do conselho?

Barreto: O conselho é o único no mundo a ter o envolvimento da sociedade civil, que participou, inclusive, da elaboração do plano nacional de com-

bate à pirataria. O plano é dividido em três ações: educativa, repressiva e econômica. Na fase um, estruturamos um órgão nacional, que tem interface com a área privada. Montamos uma estratégia com 99 ações e partimos para a repressão. Isso já resultou em 122% a mais de apreensões entre janeiro e abril deste ano, em comparação com o mesmo período de 2004.

ETCO: As operações desse tipo continuarão?

Barreto: Sim. Vários depósitos de abastecimento serão estourados. Cada grande centro tem galpões que de manhã cedo recebem filas de vans que abastecem as feiras. Vamos agir nesses depósitos, nas fronteiras, nas rodovias.

ETCO: E a fase dois, como será?

Barreto: Atacaremos a causa do problema que está vinculada a dois fatores: à falta de percepção do consumidor sobre as consequências de comprar um pirata e à diferença de preços entre o original e o pirata. Vamos mostrar ao consumidor que, ao comprar um produto pirata, ele está alimentando a cadeia do crime organizado.

ETCO: Quais são os riscos que correm os consumidores de piratas?

Barreto: O Código do Consumidor foi um dos grandes avanços da sociedade brasileira. Se eu compro um DVD, óculos ou um relógio, tenho de ter a minha expectativa de consumo satisfeita. Quando se compra um produto pirata, não há garantia.

ETCO: Há riscos para a saúde também?

Barreto: Evidentemente. A análise dos brinquedos que vêm do Sudeste Asiático já mostrou que, em alguns casos, há metais pesados na composição do plástico. Uma análise recente de um desses brinquedos detectou que parte da composição do plástico era de resíduo de lixo hospitalar.

ETCO: Além da repressão, quais medidas devem ser tomadas?



ROBERTO CASTRO

Barreto: A Secretaria Nacional de Segurança Pública está incentivando a instalação de delegacias especializadas de combate à pirataria. É preciso também treinar os policiais. Por isso vamos introduzir nas academias de polícia a disciplina de Propriedade Intelectual.

ETCO: Essa é uma ação exclusivamente de governo?

Barreto: Não. É uma ação da sociedade, que envolve as indústrias, o consumidor, as polícias e o governo. Eu acho que reflete muito o lema "O Brasil contra a pirataria". Nesse sentido, o ETCO é um pioneiro no combate à concorrência desleal. O trabalho que o ETCO tem feito é muito sério. Emerson Kapaz tem se mostrado muito receptivo quanto à idéia de coordenar as empresas e fazer

um fundo de investimento para uma campanha.

ETCO: No ano passado, o presidente da China esteve no Brasil. Houve algum compromisso quanto à pirataria?

Barreto: O Brasil e a China assinaram um acordo de cooperação policial de combate ao crime organizado. O acordo tratava de narcotráfico e tráfico de pessoas na primeira versão. Então propusemos, e a China aceitou, incluir também a pirataria e a propriedade intelectual.

ETCO: O que falta para o combate à pirataria?

Barreto: Falta o despertar nacional para a pirataria. Esse despertar está sendo trazido pela união de esforços da iniciativa privada com a área pública. A pirataria é um mal que tem de ser estirpado. ★

Uma lição dos tempos do Império



A sede de poder do marquês do Pombal resultou em burocracia

No século XVIII o governo decidiu reduzir impostos, mas esqueceu a burocracia Francisco Viana*

Acredite na boa notícia: o governo, numa iniciativa inédita, reduziu os impostos e, com isso, estancou a sonegação, ampliou a base de contribuintes e, o que é ainda mais positivo, como a arrecadação cresce rapidamente, está inaugurando um novo ciclo de investimentos. Ficção? Não. O fato realmente aconteceu, só que no distante ano de 1751, quando o governo português, assustado com a brutal evasão fiscal nas minas de ouro e diamantes no Brasil e os graves prejuízos que a burocracia excessiva vinha causando ao comércio internacional de tabaco e açúcar, resolveu passar à ofensiva.

Além de suspender as famigeradas derramas, para cobrar os impostos atrasados, suavizou a carga tributária, fixando limites mínimos, arbitrados a cada ano, inferiores ao quinto cobrado nas casas de fundição, e ainda eliminou a dispendiosa formalidade dos negócios de exportação. Os resultados não demoraram a aparecer. Nas minas, antes semiparalisadas, com os trabalhadores indo buscar fortuna em outras paragens, a produção renasceu e já em 1753 o Tesouro arrecadava a fabulo-

sa quantia de 400 mil libras esterlinas. Com menos papelada e concedendo abatimento da metade dos impostos aos produtos destinados ao exterior, em breve fez desaparecer os grandes estoques de tabaco e açúcar que trazia a ruína para os negociantes.

No dizer do historiador Robert Southey, essa foi a “idade do ouro” do governo português. Sobrou dinheiro, inclusive, para investir na industrialização, que, ao contrário da inglesa, carecia de capitais do Estado para avançar. Fica a pergunta: esse episódio tão pouco conhecido, mas que de fato aconteceu, não poderia inspirar atitude semelhante do governo brasileiro neste momento em que se volta a enfatizar o tema da reforma tributária? O primeiro desdobramento seria um choque de desenvolvimento, com impactos dos mais significativos na criação de empregos formais e na distribuição de renda.

Herança colonial

Ao mesmo tempo seria dado um salto decisivo para desatar o nó da concorrência ilegal. A redução de impostos e da burocracia teria o imediato condão de revitalizar a eco-

nomia formal, inibindo fraudes e incentivando a legalização daqueles que buscam a ilegalidade em consequência das crises da economia formal. A história colonial, sob esse aspecto, é das mais ricas, porque foi uma época marcada por generalizada desobediência à legislação. E não era por motivos políticos, como se pode supor à primeira vista. Acontecia que a Coroa cobrava direitos que absorviam grande parte do lucro líquido dos negócios, sobretudo da mineração. Em consequência, grassava o contrabando e falsos ourives pirateavam as marcas oficiais, transformando-as em obras grosseiras de ourivesaria.

O peso da burocracia

O governo fechava oficinas, prendia ourives sem licença, infligia castigos físicos aos faltosos e deportava-os. De nada adiantava. Só conseguia elevar o caudal de protestos e desorganizar a economia. Isso porque fora erguido um muro bastante visível entre o Brasil que queria produzir e o governo que ansiava por arrecadar e controlar. A saída foi render-se ao bom senso. Estranhamente, o mesmo governo colonial que soube ter a sensibilidade para reduzir impostos nada fez para que a burocracia fosse reduzida. O marquês de Pombal, por exemplo, ao morrer, em 8 de agosto de 1782, apeado do poder e condenado a pagar pesadas penas por seus crimes, deixou no espólio algo como 10 mil cartas – sim, 10 mil cartas – sem serem sequer abertas. Ele controlava tudo: o comércio, a navegação, a censura de livros – e não eram poucos os livros proibidos, sob pena de prisão e degredo –, as prisões, a administração, o ensino. Por mais de duas décadas o chamado déspota esclarecido deixou suas marcas num emaranhado de leis, decretos, controles, que se projetariam como uma sombra das suas cinzas sobre a economia e a vida cotidiana não só portuguesa como brasileira até os dias atuais.

A competência especial de Pombal para lidar com a burocracia era o espelho da sua vontade de poder. Era movido pela sedução de governar por decretos e impor suas vontades, arrastando Portugal e a Colônia para escolhas que não eram da sociedade, mas dele e do seu grupo de acólitos. Houve, contudo, este aspecto positivo do seu governo: reduzir impostos para tornar o crescimento linear e

irreversível, na Corte, acossada pela pobreza, sem dinheiro para pagar credores e sequer salários dos soldados, e da Colônia, em permanente estado de rebeldia.

Novos tempos

Hoje o fenômeno da ilegalidade se repete, guardadas as proporções no tempo, mas com um trunfo que não pode ser jamais esquecido. Nos idos 1751 grassava o governo autoritário do marquês de Pombal, que foi um herdeiro, à direita, das contundentes reações da Europa iluminista ao domínio dos monarcas e da Igreja. Agora o país, além de não ser mais colônia há quase dois séculos, vive plena e estável democracia. Pode-se argumentar que os escândalos envolvendo a gestão do Estado e o partido no governo são uma ameaça e que as instituições brasileiras não são nenhum rochedo.

Aliada valiosa

É uma falsa questão. A democracia brasileira mostra-se sólida e, portanto, a tempestuosa gestação do seu amadurecimento só revela o quanto é árduo para a sociedade ter as rédeas do destino nas mãos. Não é diferente quando o tema é a ética na concorrência. Impostos podem ser reduzidos, a burocracia simplificada. Mas nada disso vai acontecer como se as reformas fossem um boneco mecânico em que basta dar corda para que funcione. Não é assim. Vai exigir coerência e vontade política para abrir as portas corrediças da modernidade e colocar a ética, na concorrência e em todo e qualquer campo de atividade, na esteira rolante de um novo tempo de mudanças e evolução. É o que já começa a acontecer neste momento em que o país está sendo passado a limpo e seus pontos obscuros questionados à exaustão. Um processo que evolui sob o signo da democratização dos frutos do desenvolvimento e da Justiça, de maneira duradoura e, sobretudo, concreta, ao alcance do cidadão. Em tempo: quem quiser saber mais a respeito de Pombal e sua época basta ler a excelente biografia do ilustre déspota escrita por João Lúcio de Azevedo em 1909, agora reeditada pela Casa Alameda. ★

* Jornalista e escritor

Contra corrupção: internet!

Site de programa idealizado pelo Ministério da Justiça permite verificar desde a compra de um lápis até as viagens dos servidores

Através do site do programa Transparência do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br/transparencia), qualquer cidadão pode acompanhar os gastos e ações do órgão federal. A iniciativa faz parte do Programa de Transparência, lançado em dezembro de 2004, com o objetivo de evitar atos de corrupção e desperdício. Na página, no ar desde abril, estão disponíveis desde a execução, mês a mês, do orçamento das unidades do ministério, a íntegra de convênios e contratos, até as passagens e diárias pagas, incluindo o nome dos servidores que as utilizaram. A eficácia do site levou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a adotar a iniciativa como modelo para os outros ministérios. A implementação ocorrerá nos próximos meses e foi anunciada no IV Fórum Global de Combate à Corrupção, realizado em junho, em Brasília.

Para que qualquer pessoa possa se aprofundar em detalhes até então inéditos na esfera governamental, a linguagem usada é acessível. “Incluimos até um banco de preços, para que o internauta possa saber quanto pagamos por um simples lápis”, explica Gláucia Elaine de Paula, coordenadora do Programa de Transparência. Em maio entraram no ar os orçamentos do Departamento de Polícia Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e dos órgãos vinculados – Fundação Nacional do Índio (Funai) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), como parte da segunda etapa de implementação do projeto. Por meio do Fale Conosco, a coordenação do programa tem recebido sugestões, elogios e até de-

núncias – devidamente encaminhadas para averiguação. “Recebemos em média 15 mensagens por dia”, conta Gláucia.

“Essa é uma importante ferramenta para que a sociedade fiscalize a administração do ministério”, avalia o ministro Márcio Thomaz Bastos. Por meio das informações divulgadas, o cidadão também pode controlar a eficiência do órgão, já que terá acesso aos atos, valores, prazos e resultados previstos nas ações da pasta. O ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires, ressaltou a importância do trabalho conjunto entre o Ministério da Justiça e a Controladoria-Geral da União como exemplo de um trabalho de equipe bem-sucedido. “Creio que é com ações como a desse portal que vamos fundar nossa

República. Estamos fazendo algumas coisas, no governo Lula, que nunca foram feitas”, afirmou.

A primeira etapa do Programa de Transparência foi marcada pelo lançamento do site. A segunda, que começou no final de maio, pretende aumentar o rigor na checagem e no acompanhamento dos procedimentos administrativos existentes, especialmente os que envolvem maior montante de recursos, com ênfase nas ações preventivas. Pela página também é possível acompanhar os procedimentos disciplinares, como sindicâncias e apurações de desvio de conduta funcional. “Dá para saber quantas sindicâncias estão em curso, as penalidades aplicadas pelo ministério, Polícia Federal e outros órgãos ligados ao MJ”, explica a coordenadora do programa. ★

“Recebemos 15 mensagens por dia”, conta Gláucia, coordenadora do programa

ETCO na tela da Globo

Emissora exibe filmes sobre valores éticos e, junto com o ETCO, convida o telespectador a refletir

Ana Paula Franzoia



DIVULGAÇÃO

Durante os primeiros 15 dias de junho milhões de telespectadores que sintonizaram a programação da Rede Globo assistiram a uma série de cinco filmes chamando a atenção para o desrespeito aos valores éticos. Era um convite à reflexão sobre os prejuízos causados ao país e aos valores humanos por posturas antiéticas, muitas delas presentes no dia-a-dia e, por isso mesmo, aceitas como atitudes dentro da normalidade. Cada um dos comerciais redrozzava situações aparentemente corriqueiras, mas com cidadãos em atitudes condenáveis.

O eleitor que não lembra em quem votou, o médico que não emite notas, o funcionário público descomprometido com o bem comum, o sonegador que faz de tudo para não pagar impostos e o mau fiscal foram os exemplos pinçados da realidade pelo diretor Domingos de Oliveira. A assinatura da campanha deixava claro que atitudes antiéticas são exceção, e não regra. A frase narrada pela atriz Fernanda Torres demonstrava a posição da maioria dos brasileiros: “Não, não é esse tipo de brasileiro que eu quero para o meu país”.

A campanha é fruto de uma parceria entre o ETCO e a Rede Globo, responsável pela produção dos filmes, e contou ainda com a idealização do cineasta Domingos de Oliveira, que há tempos pensava em criar algo abordando posturas antiéticas. “A Globo compartilha os mesmos valores do ETCO e achamos que o tema merecia ser tratado amplamente, já que é

de interesse de toda a população”, explica Luís Erlanger, diretor da Central Globo de Comunicação. O presidente-executivo do ETCO, Emerson Kapaz, conta que o objetivo da ação foi bem delineado: “Propor à sociedade uma reflexão em torno de práticas e hábitos informais, proscritos por lei, que no dia-a-dia muitas vezes são considerados normais”.

O resultado superou as expectativas. O número de acessos ao site do ETCO cresceu ao longo da campanha de 2 mil para 11 mil. “Além de incentivar a reflexão, a campanha ajudou a popularizar o ETCO e seus objetivos”, afirma Erlanger. Tãmanha exposição também gerou polêmica e algumas vezes discordantes, como a de entidades representantes de fiscais de tributos estaduais, que consideraram a campanha ofensiva a toda a categoria. “Sabíamos que discutir valores éticos envolvendo, por exemplo, funcionários públicos e fiscais resultaria em polêmicas, mas havia também a consciência de que situações delicadas exigem atitudes firmes e corajosas”, explica Kapaz.

Por enquanto não há previsão para a reexibição da campanha. “Concluimos que esse tipo de ação funciona com o impacto, e não com a repetição”, diz Erlanger. A mensagem foi passada e Kapaz ressalta que, mais do que indignação, a ética é ação. “Um bem público construído por todos, com pequenos gestos e atitudes que tornam a ética indissociável da rotina cotidiana.” ★



Hamilton Dias de Souza

“É importante que não só os poderes públicos, mas também as empresas e os operadores do Direito tomem consciência do conteúdo desse dispositivo constitucional”

Em defesa da boa concorrência

A Emenda Constitucional 42/03 introduziu interessante dispositivo que tem por objetivo prevenir desequilíbrios concorrenciais provocados por elisão, evasão fiscal ou práticas relacionadas com matéria tributária que, de alguma forma, impliquem vantagem competitiva. É interessante ressaltar que, pela primeira vez, em sede constitucional, cogita-se das repercussões que o tributo pode acarretar nesse campo da ordem econômica.

O art. 146-A da Constituição Federal, que regula a matéria, tem a seguinte redação: “*Lei Complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo*”.

Pretende-se, neste breve estudo, extrair o sentido da norma comentada, para, a partir disso, apontar suas diferentes aplicações.

O texto citado indica que poderá ser editada lei especial que trate de determinadas matérias, adotando critérios diferentes das demais, não as revogando, pois a relação é entre normas gerais e especiais.

A afirmação preliminar de que se trata de norma especial é relevante para o efeito de evitar alegação de contrariedade à isonomia. De fato, se o que se busca é a regulação de uma determinada situação que causa embaraços a uma justa concorrência, há possibilidade de criação de norma vocacionada a eliminar ou atenuar esses efeitos deletérios. O fato de envolver trato diverso do existente para as demais situações, em que não se verifica desvio concorrencial, não implica, neces-

sariamente, quebra da isonomia.

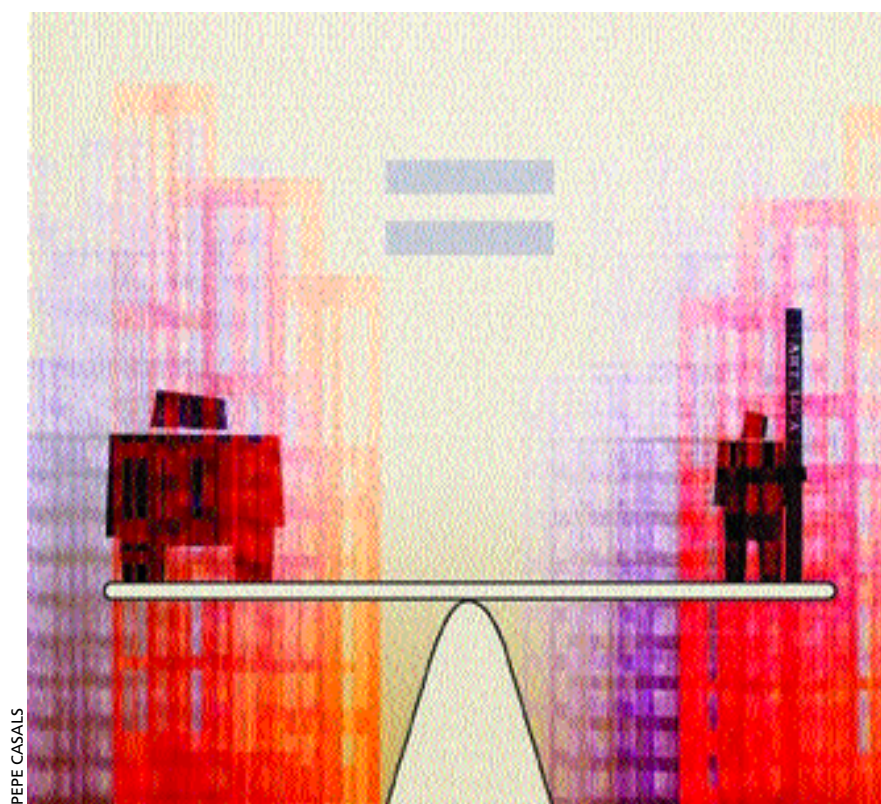
Explica-se a razão de ser da norma constitucional comentada. É que, em sua ausência, há dificuldade séria de regular determinados setores de forma diferente dos demais. Isso ocorre, por exemplo, quando se adota sistema monofásico apenas para certos produtos, tributação fixa, ao invés de *ad valorem*, para os que são objeto de elisão ou evasão fiscal, sistemas especiais de fiscalização e recolhimento para certas empresas etc. Em todos esses casos, os interessados geralmente argumentam ter havido tratamento discriminatório, o que poderia implicar inconstitucionalidade ou violação às normas do CTN, que têm eficácia de lei complementar. Para viabilizar regramento especial que se compatibiliza com o princípio da isonomia e não viola a lei complementar de que trata o art. 146, introduziu-se, na Constituição, o art. 146-A. Importante assinalar que se trata de dispositivo que, de um lado, cuida de matéria tributária, mas, de outro, tem por objetivo evitar práticas que desequilibram a concorrência. Como se percebe, tratando-se do princípio da livre concorrência, cuja eficácia se pretende afirmar para evitar desvios, há justificativa para afastar a invocação de quebra da isonomia.

Observe-se que só a lei complementar poderá regular questões relativas a tributos estaduais e municipais. Isso se justifica para evitar que, a pretexto de coibir desvios concorrenciais tributários, sejam editadas normas que contrariem a organicidade do sistema e possam, elas próprias, criar dificuldades à normal competição entre as empresas. De fato, se cada Estado ou município, tendo

em vista interesses dos que atuam em seus territórios, tivesse competência para criar tributação diferenciada para determinados setores, a discriminação de rendas tributárias e as normas gerais que lhe dão consistência poderiam ser seriamente afetadas. Imaginem-se, a propósito, regimes especiais em matéria de ISS ou até de ICMS introduzidos pelas legislações locais sob a alegação de evitar problemas concorrenciais. Isso inviabilizaria o trato uniforme dessas questões no território nacional, prejudicando a lógica interna do sistema e possibilitando o surgimento de inúmeros conflitos federativos, sobretudo quando as operações realizadas repercutem em mais de um território. Na verdade, poderia prestar-se a ser meio de acirrar a guerra fiscal, se cada um, a pretexto de combatê-la, pudesse adotar quaisquer normas que lhe parecessem adequadas.

O campo próprio para a lei complementar, nessa matéria, consiste ou no regramento de situações tributárias que possam envolver desequilíbrios como os ora considerados, ou no estabelecimento de critérios especiais aplicáveis às legislações locais se se verificarem situações de mesma ordem, cujos traços conceituais sejam dados pela lei nacional.

A União tem competência para legislar sobre essa matéria por lei ordinária ou, sendo o caso, medida provisória. Problema interessante prende-se à eventual submissão de tais normas às constantes do CTN. Em princípio, parece que sua validade há de aferir-se em função de seu objetivo. Devem elas respeitar a lei complementar de normas gerais à medida do que seja possível e desde que não prejudique o atingimento de seus objetivos. Se não for possível, poderá ser criado regramento diverso, até porque sua fonte é a própria Constituição. O limite dessa competência é que não haja meio menos gravoso para atingir as finalidades pretendidas, isto é, que seja necessário, dentro de parâmetros de razoabilidade (proporcionalidade), o estabelecimento de regras especiais para regular situações para as quais a disciplina normal existente seria insuficiente. De resto, se para regular a matéria no âmbito de estados e municípios é possível dispor de forma diferente do previsto no CTN, até porque, no caso, o veículo próprio é a lei complementar, não teria sentido que a União, detentora da mesma competência, embora por lei ordinária,



PEPE CASALS

ria, ficasse sujeita às regras gerais. Interpretação diferente tornaria inócua a competência excepcional que lhe é conferida.

Assinale-se que o desequilíbrio concorrencial pode verificar-se no plano normativo ou decorrer da conduta de contribuintes. Não há necessidade de constatar-se abuso ou ilícito para que sejam editadas normas fundadas no dispositivo constitucional comentado. Basta a identificação objetiva do desvio.

Por fim, observe-se que não se trata de competência excepcional à margem do sistema. Antes, o que se pretende é lhe dar consistência, harmonizando-se princípios constitucionais relativos à ordem econômica com os que são próprios da ordem tributária.

Concluindo, é importante que não só os poderes públicos, mas também as empresas e os operadores do Direito tomem consciência do conteúdo do dispositivo constitucional que possibilita a edição de normas que podem ser instrumentos eficazes no combate a práticas, geralmente abusivas, que tanto têm afetado a concorrência. ★

* Hamilton Dias de Souza é advogado especializado em Direito Tributário.



O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – ETCO – é uma organização sem fins lucrativos que congrega entidades empresariais e não-governamentais com o objetivo de delimitar parâmetros éticos para a concorrência e estimular ações eficazes contra a evasão fiscal, a falsificação de produtos e o contrabando. Fruto da iniciativa de empresas brasileiras dos setores de combustíveis, cigarros, cervejas e refrigerantes, suas atividades transcendem o caso de empresas e setores específicos para englobar o conjunto da economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentado e a criação de postos de trabalho.